



Aos vinte e dois dias do mês de março do ano de dois mil e vinte e três, realizou-se, pelas dezasseis horas e quarenta e cinco minutos, na Sala de Sessões dos Paços do Concelho, uma reunião ordinária da Câmara Municipal de Setúbal.

Esta reunião foi presidida pelo Sr. Presidente da Câmara, André Valente Martins (CDU), e na mesma estiveram presentes os Srs. Vereadores Carlos Alberto Mendonça Rabaçal (CDU), Fernando Mimoso Negrão (PPD/PSD), Patrícia Alexandra das Dores Paz Rodrigues (PS), Pedro Sérgio Fernandes Pina (CDU), Joel Alexandre Neves Marques (PS) e Ana Rita da Costa Pinheiro de Carvalho (CDU).

Não esteve presente a Sra. Vice-Presidente, Carla Alexandra Potrica Guerreiro (CDU), por se encontrar em representação do Município, conforme o Edital n.º 31/2023, de 17 de março de 2023 (documento anexo registado sob o n.º 1).

A Sra. Vereadora Sandra Marina Lopes Frota (PS) esteve presente em substituição do Vereador Fernando Miguel Catarino José (PS), ficando os pedidos de substituição e o documento de verificação da identidade e legitimidade do membro substituto arquivados em pasta anexa à presente ata, sob os registos n.ºs 2 a 4.

A Sra. Vereadora Graciete Maria da Conceição Vasco (PS) esteve presente em substituição do Vereador Vítor Manuel Ramalho Ferreira (PS), ficando o pedido de substituição e o documento de verificação da identidade e legitimidade do membro substituto arquivados em pasta anexa à presente ata, sob os registos n.ºs 5 a 9.

O Sr. Vereador Paulo Sérgio Rosa Mateus Calado (PPD/PSD) esteve presente em substituição da Vereadora Sónia Isabel Leal Maurício Martins (PPD/PSD), ficando o pedido de substituição e o documento de verificação da identidade e legitimidade do membro substituto arquivados em pasta anexa à presente ata, sob os registos n.ºs 10 e 11.

Secretariou a reunião o Diretor do Departamento de Administração Geral e Finanças, Paulo Jorge Simões Hortênsio, de acordo com n.º 3 do Artigo 24.º do Regulamento da Organização de Serviços em vigor.

A Ordem de Trabalhos da reunião foi entregue a todos os membros, nos termos do n.º 2 do Artigo 25.º do Código do Procedimento Administrativo, aprovado pelo Decreto-Lei n.º 04/2015, de 07 de janeiro, e consta em pasta anexa à presente ata, sob o registo n.º 12.

#### Ordem de Trabalhos

- A) Período de Antes da Ordem do Dia**
  - 1. Informações à Câmara (eventual apresentação)**
  - 2. Assuntos diversos de interesse para a autarquia**
- B) Período da Ordem do Dia**
  - 1. Projeto da Ata n.º 22/2022 - Reunião ordinária de 26 de outubro de 2022.**
  - 2. Projeto da Ata n.º 23/2022 - Reunião ordinária de 02 de novembro de 2022.**
  - 3. Deliberação n.º 536/2023 – Proposta n.º 12/2023 – GAP – Parecer do Município de Setúbal no âmbito da Consulta Pública do Estudo de Impacte Ambiental do Projeto da Pedreira de Calcário e Marga Vale de Mós A (Novo Plano de Pedreira Vale de Mós A) – SECIL**

4. **Deliberação n.º 537/2023 – Proposta n.º 13/2023 – GAP – Parecer do Município de Setúbal no âmbito da Consulta Pública da Avaliação Ambiental Estratégica relativa ao 3.º ciclo de planeamento do Plano de Gestão de Região Hidrográfica do Sado e Mira (PGRH da RH6) e 2.º ciclo de planeamento do Plano de Gestão dos Riscos de Inundações da Região Hidrográfica 6 – Sado e Mira (PGRI da RH6) – Ratificação**
5. **Deliberação n.º 538/2023 – Proposta n.º 14/2023 – GAP – Designação de Encarregado de Proteção de Dados para os Serviços Municipalizados de Setúbal**
6. **Deliberação n.º 539/2023 – Proposta n.º 15/2023 – GAP – Celebração de contrato de arrendamento – Serviços Municipalizados de Setúbal**
7. **Deliberação n.º 540/2023 – Proposta n.º 348/2023 – DAF/DICONT/SERGEP – Celebração de contrato de arrendamento para instalação de Serviços Municipais**
8. **Deliberação n.º 541/2023 – Proposta n.º 349/2023 – DAF/DICONT/SERGEP – Alienação do lote de terreno n.º 262, do Loteamento Municipal do Bairro do Casal das Figueiras, União de Freguesias de Setúbal**
9. **Deliberação n.º 542/2023 – Proposta n.º 350/2023 – DAF/DICONT/SERGEP – Serviços Municipalizados de Setúbal - Investimentos (Resíduos Sólidos Urbanos) – Balanço**
10. **Deliberação n.º 543/2023 – Proposta n.º 353/2023 – DAF/DICONT – 1.ª Alteração Permutativa ao Orçamento da Despesa, 1.ª ao Plano de Atividades e 1.ª ao Plano Plurianual de Investimentos**
11. **Deliberação n.º 544/2023 – Proposta n.º 351/2023 – DEB/DAF/DICOMP/SECOMP – Concurso Público n.º 04/2023/DAF/DICOMP/SECOMP para a prestação de serviços para administração e manutenção de parque informático, plataforma tecnológica de comunicação e rede elétrica de baixa tensão das escolas do 1.º ciclo do ensino básico, jardins de infância e secretarias do 2.º, 3.º ciclo e secundárias da rede pública do concelho de Setúbal**
12. **Deliberação n.º 545/2023 – Proposta n.º 04/2023 – DOM – Empreitada – CP 09/2019 – “Terminal Interface Setúbal” - Revisão Extraordinária de Preços – Pedido de Revisão da Decisão de Indeferimento – Manutenção do Indeferimento**
13. **Deliberação n.º 546/2023 – Proposta n.º 05/2023 – DOM – Empreitada CP 02/2020 – “Requalificação Urbana e Mobilidade da Avenida dos Combatentes e Avenida 22 de dezembro” – Aprovação de revisão de preços definitiva**
14. **Deliberação n.º 547/2023 – Proposta n.º 06/2023 – DOM/DIHAB – Celebração de contrato de arrendamento com prazo certo para subarrendamento de alojamento temporário**
15. **Deliberação n.º 548/2023 – Proposta n.º 345/2023 – DOM/DAF/DICOMP/SECOMP – Cessão da posição contratual pelo Município de Setúbal a favor dos S.M.S. - “Aquisição de licença do software informático SAP RISE (ERPS4/HANA) e contratação de prestação de serviços de implementação de todo o sistema informático, garantido a continuidade da prestação dos serviços de abastecimento público de água e saneamento de águas residuais, pelos Serviços Municipalizados de Setúbal, decorrente da reversão do contrato de concessão em vigor”**
16. **Deliberação n.º 549/2023 – Proposta n.º 29/2023 – DCDJ/DIDES – Apoio financeiro ao Centro Cultural e Desportivo de Brejos de Azeitão – Torneio de Futebol – “Roda a Bola” - 25 de abril 2023**
17. **Deliberação n.º 550/2023 – Proposta n.º 30/2023 – DCDJ/DIDES – Apoio financeiro ao Núcleo de Bicross de Setúbal para a organização da Taça de Portugal de BMX Race 2023 - 13 e 14 de maio**

18. **Deliberação n.º 551/2023 – Proposta n.º 31/2023 – DCDJ/DIDES – Feira Náutica de Setúbal 2023 – Taxas a cobrar pelo Município pelo aluguer de espaços para expositores**
19. **Deliberação n.º 552/2023 – Proposta n.º 32/2023 – DCDJ/DIDES – Protocolos de colaboração e apoio financeiro às Instituições parceiras nos projetos desportivos municipais “Desportivamente em (Re)Forma” e “Desporto nas Escolas – 1.º Ciclo”**
20. **Deliberação n.º 553/2023 – Proposta n.º 33/2023 – DCDJ/DIMEF – Denúncia de protocolo celebrado entre o Município de Setúbal e a INQUISET - Cooperativa de Inquilinos de Setúbal, Cooperativa de Responsabilidade Limitada - CRL**
21. **Deliberação n.º 554/2023 – Proposta n.º 34/2023 – DCDJ/DIMEF – Protocolo de cooperação entre o Município de Setúbal e a AIL - Associação de Inquilinos Lisbonenses**
22. **Deliberação n.º 555/2023 – Proposta n.º 35/2023 – DCDJ/DICUL – Apoio pontual Grupo Cénico do G. D. Setubalense “Os 13”**
23. **Deliberação n.º 556/2023 – Proposta n.º 36/2023 – DCDJ/DICUL – Protocolo de colaboração com a Associação Cinematográfica 50 CUTS**
24. **Deliberação n.º 557/2023 – Proposta n.º 37/2023 – DCDJ/DICUL – Protocolo de Cooperação: Associação Cultural TOMA – Teatro Oficina Multi Artes**
25. **Deliberação n.º 558/2023 – Proposta n.º 38/2023 – DCDJ/DICUL – Protocolo entre o Município de Setúbal e a Associação Il Sorpasso para a realização da 16.ª Festa do Cinema Italiano**
26. **Deliberação n.º 559/2023 – Proposta n.º 39/2023 – DCDJ/DICUL – Protocolo de colaboração com a Associação Cultural Festroia no âmbito do Film Fest – Festival de Cinema Musicado ao Vivo**
27. **Deliberação n.º 560/2023 – Proposta n.º 40/2023 – DCDJ/DICUL – Apoio pontual Grupo de Teatro Perpetuus – S. F. Perpétua Azeitonense**
28. **Deliberação n.º 561/2023 – Proposta n.º 41/2023 – DCDJ/DICUL – Apoio à Associação Portuguesa dos Pais e Amigos do Cidadão Deficiente Mental de Saúde – APPACDM – Marcha honorária - RETIRADA**
29. **Deliberação n.º 562/2023 – Proposta n.º 42/2023 – DCDJ/DICUL – Emissão de parecer para atribuição do Estatuto de Utilidade Pública Associação Setúbal Voz – Entidade sem fins lucrativos**
30. **Deliberação n.º 563/2023 – Proposta n.º 43/2023 – DCDJ/DICUL – Protocolo de colaboração entre o Município de Setúbal e a Associação Setúbal Voz - RETIRADA**
31. **Deliberação n.º 564/2023 – Proposta n.º 44/2023 – DCDJ/DICUL – Protocolo de colaboração entre o Município de Setúbal e a Academia de Dança Contemporânea de Setúbal**
32. **Deliberação n.º 565/2023 – Proposta n.º 45/2023 – DCDJ/DICUL – Protocolo de colaboração entre o Município de Setúbal e a Associação de Setúbal de Dança Desportiva (ASDD)**
33. **Deliberação n.º 566/2023 – Proposta n.º 46/2023 – DCDJ/DICUL – Apoio ao CVA Coletivo de Valorização Artística, Associação – Exposições de artes plásticas**
34. **Deliberação n.º 567/2023 – Proposta n.º 47/2023 – DCDJ/DICUL – Apoio financeiro – União Desportiva e Recreativa das Pontes (Grupo de Sevilhanas)**
35. **Deliberação n.º 568/2023 – Proposta n.º 48/2023 – DCDJ/DICUL – Concurso das Marchas Populares de Setúbal 2023 - RETIRADA**
36. **Deliberação n.º 569/2023 – Proposta n.º 49/2023 – DCDJ/DICUL – Protocolo de Colaboração entre o Município de Setúbal e as Bandas Filarmónicas:**



- Sociedade Filarmónica Perpétua Azeitonense, Sociedade Filarmónica Providência e Sociedade Musical Capricho Setubalense*
37. *Deliberação n.º 570/2023 – Proposta n.º 50/2023 – DCDJ/DICUL – 3.ª edição - Bolsas de Criação Artística – Normas de participação*
  38. *Deliberação n.º 571/2023 – Proposta n.º 51/2023 – DCDJ/DICUL – Isenção de taxas de cedência em equipamentos culturais municipais*
  39. *Deliberação n.º 572/2023 – Proposta n.º 52/2023 – DCDJ/DISOC – Protocolos de Cooperação com a Associação Cristã da Mocidade – Setúbal, para as medidas de Rendimento Social de Inserção e Atendimento e Acompanhamento Social*
  40. *Deliberação n.º 573/2023 – Proposta n.º 53/2023 – DCDJ/DISOC – Protocolos de cooperação com a Liga dos Amigos da Terceira Idade para as medidas de Rendimento Social de Inserção e Atendimento e Acompanhamento Social*
  41. *Deliberação n.º 574/2023 – Proposta n.º 54/2023 – DCDJ/DISOC – Protocolos de cooperação com o Centro Social Paroquial de São Sebastião para a medida de Atendimento e Acompanhamento da medida de Ação Social*
  42. *Deliberação n.º 575/2023 – Proposta n.º 55/2023 – DCDJ/DISOC – Protocolo de Cooperação com a Cáritas Diocesana de Setúbal para a medida de Atendimento e Acompanhamento da medida de Ação Social*
  43. *Deliberação n.º 576/2023 – Proposta n.º 56/2023 – DCDJ/DISOC – Protocolo de Cooperação com a Associação Jardim de Infância O Sonho para a medida de Rendimento Social de Inserção*
  44. *Deliberação n.º 577/2023 – Proposta n.º 57/2023 – DCDJ/DISOC – Protocolos de Cooperação com a Associação Batista Shalom, para as medidas de Rendimento Social de Inserção e Atendimento e Acompanhamento Social*
  45. *Deliberação n.º 578/2023 – Proposta n.º 58/2023 – DCDJ/DISOC – Protocolos de Cooperação com a Associação de Professores e Amigos das Crianças do Casal das Figueiras para as medidas de Rendimento Social de Inserção e Atendimento e Acompanhamento Social*
  46. *Deliberação n.º 579/2023 – Proposta n.º 131/2023 – DURB/DIGU – Aprovação do projeto de arquitetura de operação urbanística com impacte relevante para nove moradias unifamiliares - Processo n.º 383/22*
  47. *Deliberação n.º 580/2023 – Proposta n.º 132/2023 – DURB/DIGU – Concessão de licença para obras de demolição - Processo n.º 327/22*
  48. *Deliberação n.º 581/2023 – Proposta n.º 133/2023 – DURB/DIGU – Aprovação de plano de demolição - Processo n.º 469/22*
  49. *Deliberação n.º 582/2023 – Proposta n.º 134/2023 – DURB/DIGU – Pedido de informação prévia sobre a viabilidade de realização de obras de edificação de habitação coletiva - Processo n.º 34/21*
  50. *Deliberação n.º 583/2023 – Proposta n.º 135/2023 – DURB/DIGU – Informação prévia favorável relativa a loteamento urbano - Processo n.º 58/21*
  51. *Deliberação n.º 584/2023 – Proposta n.º 136/2023 – DURB/DIGU – Informação prévia favorável relativa a loteamento urbano - Processo n.º 57/21*
  52. *Deliberação n.º 585/2023 – Proposta n.º 137/2023 – DURB/GAPRU – Aprovação de projeto de arquitetura - Processo n.º 258/22*
  53. *Deliberação n.º 586/2023 – Proposta n.º 138/2023 – DURB/GAPRU – Aprovação de arquitetura - Processo n.º 443/22*
  54. *Deliberação n.º 587/2023 – Proposta n.º 139/2023 – DURB/GAPRU – Concessão da licença de construção de reabilitação, alteração, ampliação e mudança de uso da edificação - Processo n.º 17/20*
- C) *Período destinado à intervenção do público*



## A) PERÍODO DE ANTES DA ORDEM DO DIA

### 1 – Informações à Câmara (Eventual apresentação)

- a) Foi dado conhecimento das listagens relativas aos despachos proferidos no âmbito do Gabinete de Apoio à Presidência (GAP) e do Direção Municipal de Apoio à Gestão e Projetos Estratégicos (DMAGPE), conforme documentos anexos registados sob os n.ºs 13 e 14.
- b) Foi dado conhecimento das listagens relativas aos despachos proferidos no âmbito dos departamentos de Recursos Humanos (DRH) e Ambiente e Serviços Urbanos (DASU), conforme documentos anexos registados sob os n.ºs 15 e 16.

### 2 – Assuntos diversos de interesse para a autarquia

**Sr. Vereador Joel Marques** – Disse que queria colocar duas questões. A primeira dizia respeito a uma fissura numa parede rochosa na Serra da Arrábida, sobranceira ao troço Figueirinha-Galapos, que já se encontrava cortado havia algum tempo, que tinha ocorrido na altura em que tinha havido chuvas um pouco mais intensas.

Gostaria de saber se já havia alguma solução definida para a resolução do problema que permitisse a reabertura daquele troço, apesar de compreenderem que, dada a dimensão dessa fissura e do bloco rochoso que se tinha soltado, poderia haver alguma dificuldade em garantir a segurança apenas com a colocação de uma malha, ao contrário daquilo que acontecia noutros troços, em que eram pedras de pequena dimensão e, portanto, a malha permitia garantir a segurança.

Percebiam, também, que uma derrocada, ainda que controlada, poderia, eventualmente, causar alguns riscos e alguns danos na própria via, mas aproximavam-se da época balnear. A proibição de circulação nesse troço, entre a Figueirinha e Galapos, mesmo que fosse uma circulação pedonal ou apenas transporte público, traria constrangimentos adicionais à circulação na serra, porque iria obrigar a que toda a circulação fosse feita ou por via marítima ou, então, tendo que dar a volta pelo troço mais acima e, portanto, estavam a falar de 20 quilómetros para percorrer um troço que, não fosse essa proibição e o risco que advinha dessa potencial derrocada dessa face da serra, seria um troço que se faria num quilómetro.

Portanto, questionava se havia, naquele momento, alguma solução em vista, alguma solução já prevista e delineada ou alguma intervenção que pudesse permitir, com aquilo que fosse a circulação que viesse a ser definida numa reunião da Câmara, para a época balnear, como era usual, perceber se esse troço poderia ser utilizado e se se poderia circular ali ou não.

Depois, queria questionar sobre os transportes escolares, uma vez que se mantinha o incumprimento de horários, particularmente no que respeitava aos transportes escolares em Azeitão. Ainda no dia anterior o autocarro das 7h15m não tinha passado em Vale de Choupos, o das 7h35m tinha passado atrasado em Azeitão e os alunos que entravam às 8 horas chegavam sistematicamente atrasados à primeira aula.

Estavam, praticamente, a terminar o 2.º período, já tinham decorrido 2/3 do ano letivo e continuavam sem uma solução objetiva que garantisse o transporte escolar a esses alunos.

**Sra. Vereadora Patrícia Paz** – Disse que os vereadores do Partido Socialista tinham sido questionados sobre uma questão específica sobre os Serviços Municipalizados de Setúbal, para a qual solicitavam um esclarecimento. Os munícipes que, no início da construção do seu imóvel, tinham solicitado a colocação de um contador de obras com o respetivo contrato com as Águas do Sado, à data tinha-lhes sido solicitada uma caução.



Naquele momento, com a conclusão das obras e legalização de toda a documentação, dirigiam-se aos Serviços Municipalizados para agir em conformidade e alterar o contador de obras para o contador normal e definitivo e solicitar a restituição da caução e referiam que eram informados pelos serviços que não se responsabilizavam pela caução.

Pretendiam um esclarecimento sobre os procedimentos implementados relativamente à restituição da caução, uma vez que, por princípio, as cauções deveriam transitar juntamente com a posição contratual do fornecedor.

**Sr. Vereador Paulo Calado** – Disse que queria pôr uma questão que tinha a ver com algo que tinha sido tornado público, pensava que nos últimos dias. Tinha a ver com uma família que vivia perto do Bairro de Nossa Senhora da Conceição - aliás, nesse bairro - e que vivia em condições deploráveis, com crianças que, inclusivamente, tinham tido de ser acompanhadas pelos serviços de assistência social.

Vinha perguntar se em termos da Comissão de Proteção de Menores esse caso estava, ou não, identificado, uma vez que a Câmara participava nesse órgão, e, também, se havia situações idênticas, nomeadamente situações em que, eventualmente, pessoas nessas condições tivessem requerido habitação através da Câmara Municipal.

**Sr. Presidente** – Disse que, não havendo mais questões, iria procurar responder às questões sobre as quais tivesse, naturalmente, informação.

Relativamente à situação da iminente queda daquela quantidade significativa de pedra, era uma situação de iminente derrocada de uma parte significativa da arriba sobre a estrada e, portanto, a estrada que dava acesso às praias e que se situava... Portanto, tinha sido identificado e tinha tido oportunidade, na altura, de visitar o local. Ficava situado na zona de proteção, na estrada entre a Figueirinha e a praia de Galapos. Estava identificada a área da intervenção.

Quando foi identificada a situação, tinha-se feito de imediato a interdição da área. Tinham feito uma reunião com um conjunto de entidades e, também, com a proteção civil, sobre essa questão e, entretanto, tinha sido contratada uma empresa para fazer um estudo que pudesse avaliar o risco ainda subsistente, apesar das imagens, portanto uma empresa que pudesse avaliar, efetivamente, o risco.

Essa empresa tinha feito uma primeira avaliação e, de facto, tinha-se detetado que poderia haver uma situação de queda iminente. Portanto, nessa altura, tinham decidido interditar por um período de 15 dias a estrada. Entretanto, depois de os peritos dessa empresa terem avaliado e concluído que, de facto, poderia haver uma derrocada, tinham voltado a contactar as várias entidades e tinham concluído que era melhor interditar a circulação na estrada até ao final do mês de março.

A informação que tinha naquele momento era que estavam a terminar os estudos, não só da avaliação da situação, mas das condições para a intervenção. Esperava que na semana seguinte, se não fosse ainda [naquela] semana – era quarta-feira, ainda poderia acontecer naquela semana - que houvesse condições para fazer uma reunião com os peritos dessa empresa, no sentido de avaliarem, efetivamente, incluindo o próprio prazo que pudesse ser estabelecido para essa intervenção. Portanto, naquele momento, era o que podia dizer, mas, de facto, era uma situação muito complicada.

A empresa diria quanto tempo é que levaria numa estimativa, porque não poderia ser mais do que isso, uma estimativa aproximada. Tratando-se de uma empresa da especialidade, naturalmente que haveria de ter uma estimativa muito aproximada de todo a operação, que era fazer cair aqueles milhares de toneladas de pedra pela arriba. Já tinha sido transmitido à empresa que existiam infraestruturas na própria via e, portanto, seria necessário, também, salvaguardar isso tanto quanto possível, ter isso em conta nos estudos e, depois, seria necessário retirar dali todo aquele material.

O que podiam dizer naquele momento era que não se afigurava que, em breve prazo, se fizesse uma operação desse tipo, porque uma das questões que lhes tinha sido dita pela empresa tinha sido que teriam que criar condições para que as pessoas que fariam a

intervenção teriam que atuar com toda a segurança, ou seja, na própria intervenção não poderiam estar sujeitos a um risco direto. Portanto, tudo isso era uma coisa muito complicada e não queria nem podia estar ali a aventar prazo ou tempos para essa intervenção. Não tinha esses dados, mas afigurava-se, de facto, que uma operação desse tipo fosse uma operação que levaria bastante tempo a regularizar.

Como dizia o senhor Vereador, o acesso à praia da Figueirinha estava garantido, pelo menos por enquanto, a não ser que a empresa viesse dizer que era preciso alargar a área de proteção. Até aquele momento, isso não se estava a perspetivar. Depois, [quanto ao] acesso ao Portinho e às outras praias, a única possibilidade era fazer ou através do rio ou pela estrada, por cima da serra. Portanto, eram essas as possibilidades.

Também tinha tido oportunidade de falar com alguns operadores das praias. Naturalmente que havia uma preocupação grande, mas era importante aguardarem o desenvolver desse processo, com todas as cautelas que era preciso ter sobre uma intervenção daquele tipo.

A única coisa que, naquele momento, podiam dizer era que a proteção civil municipal estava atenta e ainda bem, porque, se não fosse a proteção civil a fazer essas rondas e a estar atenta a essas situações, poderiam, um dia, confrontar-se com uma situação de maior risco. Portanto, era de salientar esse aspeto, do importante trabalho que a proteção civil fazia, naqueles e noutros casos onde intervinha, mas, naquele caso, porque, tendo em conta a dificuldade de acesso àquela zona em que a proteção civil tinha conseguido identificar aquela situação com uma antecedência que, até àquele momento, poderiam considerar uma antecedência que permitia uma intervenção estudada e, portanto, com toda a segurança do risco.

Relativamente à questão dos transportes escolares, tinham tido no dia anterior uma reunião exatamente em Azeitão. Naturalmente que havia uma preocupação, como tinha sempre referido, porque ainda não estavam resolvidos os problemas com a estabilidade do funcionamento dos transportes em geral, com prioridade de atenção e de preocupação relativamente aos transportes escolares.

Não tinha sido referenciada pela população que tinha participado na reunião nenhuma situação dessas, mas a senhora Vereadora talvez pudesse dar mais alguma indicação sobre esse assunto, mas, naturalmente que tinham tomado nota dessa informação, no sentido de continuar a insistir com a empresa, em particular relativamente aos transportes escolares, em que teria de haver uma garantia cada vez maior para o cumprimento desse problema.

Relativamente à questão levantada pela Sra. Vereadora Patrícia Paz, da caução dos Serviços Municipalizados, não conhecia e não sabia, o senhor Vereador diria sobre a questão. Era preciso ver que estavam ainda num período de instalação dos Serviços Municipalizados e, às vezes, podia haver algumas situações que não estivessem ainda a corresponder àquilo que era o objetivo.

Quanto a questão do Bairro de Nossa Senhora da Conceição e dessa família, não sabia se o Sr. Vereador Pedro Pina poderia dar alguma informação, uma vez que tinha tido conhecimento da situação, naturalmente.

**Sr. Vereador Carlos Rabaçal** – Disse que a questão das cauções no serviço de águas estava associada a uma decisão ou deliberação das Águas do Sado, à época. Em relação a alguns clientes e a algumas funções tinham estabelecido uma caução. Isso já existia nos Serviços Municipalizados antes da concessão. O que tinha acontecido, quando se procedeu à concessão, [tinha sido que] as cauções tinham ficado do lado da Câmara. A concessão tinha evoluído, mas as cauções dos contratos que tinham caução tinham ficado do lado da Câmara. Na altura, tinham feito isso porque a Câmara não se extinguia, estava lá, e, sempre que era preciso libertar uma caução, a concessionária solicitava à Câmara o valor da caução e devolvia a caução ao respetivo cliente. Portanto, era um processo que tinha sido acordado à época. Não estava na Câmara 25 anos antes, para tratar desse assunto. Tinha tratado quem estava e tinham acordado assim. Podia ser assim ou de outra forma qualquer.

Naquele momento, o que estava a acontecer? Antes de vir para a reunião tinha estado a tratar dessa matéria com os advogados. As Águas do Sado, que se iam extinguir um dia

destes, diziam que as cauções deviam ter ficado do lado deles. Ora, se as Águas do Sado tinham as cauções do lado deles, que ainda eram uns milhares de euros largos, e se iam extinguir-se, quando o cliente tivesse direito a receber essa caução, essa caução não seria entregue à Câmara nem seria entregue aos Serviços Municipalizados. Portanto, seriam os Serviços Municipalizados que teriam de assumir esse custo e isso seria errado.

Tinham pedido um parecer jurídico sobre isso, já tinham estabelecido comunicação com as Águas do Sado. Eles também tinham um parecer jurídico deles e o mais certo era isso ir parar, também, a tribunal arbitral. Não havia nenhuma lógica no comportamento das Águas do Sado, na medida em que, de facto, os contratos que tinham ónus associados – naquele caso, a uma caução – eram transferidos, como todos os direitos e responsabilidades. Essa é que era a situação. Portanto, as Águas do Sado, mais uma vez, nessa matéria, não estavam a ter um comportamento adequado, independentemente de, à época, ter sido feito um negócio qualquer entre a concessionária e a Câmara, quando se iniciou a concessão.

Estava nesse pé. Estavam a tentar resolver esse problema e esperava que encontrassem uma solução racional, senão era matéria que iria cair um tribunal arbitral, também, para resolução, ou noutro tribunal qualquer, se não coubesse no arbitral.

**Sr. Vereador Pedro Pina** – Disse que, muito rapidamente, só para, de alguma forma, dar um enquadramento à questão que tinha sido colocada pelo Vereador Paulo Calado. Primeiro, a Câmara Municipal não tinha essas informações, eram processos que se tratavam diretamente, no quadro da CPCJ. O que iam tomando conhecimento era na participação nas comissões alargadas de algumas informações.

O que podiam apurar era que, de facto, era uma situação que estaria sinalizada pela CPCJ havia algum tempo, que exigia uma intervenção limite, para uma situação de uma família que, de facto, não era uma família de Setúbal e que estaria naquela habitação.

Tinha pedido a palavra não só para dar esse enquadramento, porque, de facto, as matérias relacionadas com as comissões de proteção de crianças e jovens estavam, de facto, sobre reserva, mas, acima de tudo, para acentuar a preocupação que deviam ter sobre as comissões de proteção de crianças e jovens.

Setúbal era uma das comissões do país com mais processos e com enormes dificuldades de recursos humanos, o que, objetivamente, colocava dificuldades no trabalho e na intervenção, sobretudo num período que, na situação pós-pandémica, tinha vindo ainda a sofrer mais dificuldades de trabalho, com muitos processos a serem encaminhados para análise e apreciação dessas mesmas comissões, encaminhados pelos tribunais. Portanto, tinha tomado a palavra um bocadinho para dizer isso.

Não conhecia em pormenor os detalhes do caso - e, também, se os conhecessem, deviam ter algum cuidado a falar -, mas, acima de tudo, [era] para sinalizar que era bom que estivessem atentos e era muito importante que, sobretudo o Governo, tivesse atenção à forma como precisavam de pensar as comissões de proteção de crianças e jovens. Não era bom para ninguém, fundamentalmente para quem se via vítima de situações como essas, não era bom para as comissões, não era bom para os territórios, não era bom para uma sociedade, mas tinham assistido recorrentemente, ao longo dos anos mais recentes, a episódios que exigiam uma tomada de posição que não se resolvia com alguns paliativos e, sobretudo, com escassos recursos, que eram, fundamentalmente, os recursos que constituíam as comissões de proteção de crianças e, no caso de Setúbal, que era aquela que mais lhes interessava, com um volume de processos objetivamente muito grande para os recursos humanos, que tinham em mãos acompanharem as situações. Portanto, era essa nota que também queria [deixar].

Já tinham manifestado em diferentes fóruns essa preocupação, nomeadamente, também, junto da diretora do Centro Distrital de Segurança Social e pensava que era também uma matéria que devia preocupar todos os eleitos da autarquia.

**Sra. Vereadora Rita Carvalho** – Disse que, sobre a questão dos transportes escolares, como já tinha sido reafirmado inúmeras vezes, os transportes escolares eram uma prioridade que

tinham vindo a afirmar, [em] que deviam ser cumpridos os horários que correspondiam ao serviço de transporte escolar, junto da Carris Metropolitana e da empresa Alsa Todi. Da informação que tinham da Carris Metropolitana não havia incumprimento no horário. Não estava a dizer que não tivesse havido, obviamente, até porque havia sempre os imprevistos, portanto, admitia que tivesse havido. Tinha um ponto de situação que não era do dia anterior, era de 3 dias atrás, relativamente ao cumprimento do horário que fazia esse serviço. Iria verificar se o que é que se tinha passado e [tentar] perceber porque é que se tinha passado. Também não tinham reclamações, nem dos utilizadores nem dos agrupamentos, mas pronto, enfim, voltava a dizer que não queria dizer que não tivesse havido um imprevisto no serviço. Naquele momento, a operação estava muito mais estabilizada. Obviamente, havia sempre as insuficiências de uma operação daquele género, porque avariava um carro ou porque apanhava trânsito, mas, de qualquer forma, iria verificar nos dois horários que tinham sido referenciados.

**Sr. Presidente** – Disse que, não havendo mais questões, iriam passar às saudações. O Partido Socialista tinha apresentado um conjunto de saudações.

**Sra. Vereadora Sandra Frota** – Leu a seguinte saudação, conforme documento anexo registado sob o n.º 17:

*“Saudação  
Dia Nacional do Estudante*

*Assinalamos a 24 de março o Dia Nacional do Estudante.*

*Este dia, que em pleno mês da juventude celebra os estudantes, suas reivindicações e direitos, é sobretudo um dia de luta e homenagem, inspirado na crise estudantil de março de 1962, na qual, estudantes universitários portugueses manifestaram-se contra o regime ditatorial do Estado Novo, o que levou a meses de protesto, greves às aulas, cargas policiais e detenções de estudantes.*

*Estabelecido a 8 de maio de 1987, pela Assembleia da República Portuguesa através do decreto no77/IV, o Dia Nacional do Estudante é um dia de especial celebração e reivindicação pelos direitos dos estudantes, tendo como objetivos “o estímulo à participação dos estudantes na vida escolar e da sociedade” e a “cooperação e convivência entre os estudantes”.*

*Em Portugal, nos últimos anos, tem se procurado reforçar e consolidar os direitos dos estudantes, proporcionar-lhes mais e melhores condições para a sua formação e desenvolvimento enquanto cidadãos. O investimento na escola pública e na educação são fundamentais para a mudança estrutural da sociedade, o que se tem traduzido na criação e implementação de medidas que promovem a igualdade e a justiça social, desde a gratuidade dos manuais escolares para todos os alunos durante o ensino obrigatório, ao investimento na transição digital na educação, ao reforço do número de vagas em residências para estudantes e à redução e congelamento do valor máximo das propinas para estudantes de licenciatura.*

*Contudo, também o poder local tem o dever de, dentro das suas competências, proporcionar as condições necessárias para a salvaguarda dos direitos dos estudantes, desde a garantia de um serviço de transporte público de qualidade e acessível a todos, ao investimento em estruturas e espaços que sirvam a comunidade escolar de acordo com as suas necessidades. Os estudantes têm desempenhado, desde sempre, um importante papel na evolução e desenvolvimento das sociedades, enquanto atores no motor de transformação que é a educação, devendo ser reconhecidos enquanto parceiros fundamentais para o desenvolvimento sustentável.*

*Apesar dos muitos objetivos alcançados pela luta estudantil, existe ainda um longo caminho a percorrer, um caminho que nunca terá fim. A evolução das reivindicações e lutas dos estudantes em Portugal e no mundo, é reflexo daquilo que já foi alcançado e daquilo que ainda está por alcançar, é reflexo da evolução das sociedades e do surgimento de novas*

*problemáticas, que inquietam no presente aqueles, que apesar de jovens, preparam e são o futuro.*

*Neste sentido, os Vereadores eleitos pelo Partido Socialista saúdam todos os estudantes portugueses e em especial os estudantes do concelho de Setúbal.”*

**Sra. Vereadora Sandra Frota** – Disse que tinha mais umas saudações e iria fazer uma pequena súmula das várias que tinha em mãos:

*“Pedro Afonso, Campeão Distrital de juvenis: Pedro Afonso, atleta de 16 anos, conquistou em fevereiro último o Campeonato Nacional de Sub-18 em pista coberta, na distância de 60 metros, e foi agora Campeão Distrital de Juvenis de Triatlo, conquista que lhe deu acesso ao 21.º Triatlo Jovem Nacional, onde bateu o recorde com 21 anos de existência, na corrida de 60 metros, em 6,7 segundos. O atleta integrou, também, a Seleção Nacional de Sub-20, participando nas competições Dynamic New Athletics, que se realizaram no final de fevereiro em Madrid.*

*Pedro Pablo Pichardo sagrou-se Campeão Europeu de Triplo Salto nos Campeonatos da Europa de Atletismo de pista coberta, em Istambul, Turquia, batendo o recorde nacional ao alcançar os 17,60 metros.*

*Samuel Freire conquistou o bronze no Campeonato Nacional de Corta-Mato Curto. Este atleta do Vitória Futebol Clube conquistou o bronze na 22.ª edição deste campeonato, que se realizou em Avis e, coletivamente, a equipa do Vitória Futebol Clube foi a 5.ª classificada.*

*Nesse sentido, os vereadores eleitos pelo Partido Socialista saúdam e felicitam os atletas pelos resultados obtidos, fazendo votos de continuação e de bom trabalho, o qual enaltece e eleva o nome da cidade de Setúbal.”*

As saudações apresentadas correspondem aos seguintes documentos anexos, registados sob os n.ºs 19 a 21:

*“Saudação*

*Pedro Afonso – Campeão Distrital de Juvenis*

*Pedro Afonso, o jovem atleta de apenas 16 anos, que no passado mês de fevereiro conquistou o primeiro lugar no Campeonato Nacional de Sub-18 em pista coberta na distância de 60 metros planos, foi agora Campeão Distrital de Juvenis de Triatlo.*

*O Campeonato Distrital de Juvenis de Triatlo realizou-se no dia 5 de março, no Seixal, e Pedro não só conquistou o primeiro lugar do pódio, o que lhe deu acesso ao 21.º Triatlo Jovem Nacional, como ainda bateu o recorde com 21 anos de existência, na corrida de 60 metros passando este de 6.8s para 6.7s.*

*No 21.º Triatlo Jovem Nacional, que se realizou no dia 18 de março, em Pombal, o atleta alcançou o bronze no escalão de sub-18 entre os 18 campeões distritais, seus adversários.*

*Pedro Afonso integrou também a Seleção Nacional de sub-20, participando nas competições DNA (Dynamic New Athletics) em pista coberta, que se realizaram no final de fevereiro, em Madrid, Espanha.*

*Neste sentido, os Vereadores eleitos pelo Partido Socialista voltam a saudar e a felicitar o atleta e o Vitória Futebol Clube pelos resultados obtidos, fazendo votos de continuação do bom trabalho, o qual enaltece e eleva o nome da cidade de Setúbal.”*

*“Saudação*

*Pedro Pichardo – Campeão Europeu de Triplo Salto*

*Pedro Pichardo sagrou-se Campeão Europeu de Triplo Salto nos Campeonatos da Europa de Atletismo de Pista Coberta, que decorreram entre 2 e 5 de março, em Istambul, Turquia.*

*O campeão mundial, olímpico e europeu ao livre, garantiu o primeiro lugar no pódio, superando no final desta prova, o recorde nacional ao alcançar os 17,60 metros.*

*Neste sentido, os Vereadores eleitos pelo Partido Socialista felicitam Pedro Pichardo por mais uma conquista e pelos resultados alcançados, fazendo votos de continuação do bom trabalho, o qual enaltece e elava o nome da cidade de Setúbal e de Portugal.”*

*“Saudação*

*Samuel Freire conquista o bronze no Campeonato Nacional de Corta-Mato Curto*

*Samuel Freire, atleta do Vitória Futebol Clube, conquistou o bronze na 22.ª edição do Campeonato Nacional de Corta-Mato Curto, que se realizou no dia 18 de março, em Avis.*

*Coletivamente, a equipa do Vitória Futebol Clube foi a 5.ª classificada.*

*Neste sentido, os Vereadores eleitos pelo Partido Socialista saúdam e felicitam Samuel Freire e o Vitória Futebol Clube pelos resultados obtidos, fazendo votos de continuação do bom trabalho, o qual enaltece e eleva o nome da cidade de Setúbal.”*

**Sra. Vereadora Patrícia Paz** – Disse que era para apresentar as restantes saudações a coletividades. Iria resumir, como era habitual:

*“Os vereadores do PS saúdam a LATI, que, à data de hoje, celebra os seus 44 anos de existência, destacando o seu trabalho junto da comunidade, que, nas suas várias valências, dá um contributo indispensável para o desenvolvimento social do concelho;*

*Saudamos o Clube de Ténis de Setúbal, que a 10 de março celebrou o seu 75.º aniversário, no desenvolvimento desportivo do concelho;*

*A Companhia de Teatro de Setúbal, a ACTAS, que, igualmente, a 10 de março celebrou 17 anos de existência, salientando o seu papel no enriquecimento e desenvolvimento da Cultura da nossa cidade;*

*Saudamos a SIMBA - Sociedade de Instrução Musical de Brejos de Azeitão, pelos seus 104 anos, realçando o seu papel de dinamizador de atividades de cariz cultural, desportivo e social e, por fim,*

*Saudamos a Sociedade Musical e Recreativa União Setubalense, que hoje celebra 124 anos de existência, tendo acompanhado, ao longo de décadas, o desenvolvimento e evolução da cidade e das suas gentes, destacando o seu papel cultural desportivo e social.”*

As saudações apresentadas correspondem aos seguintes documentos anexos, registados sob os n.ºs 22 a 26:

*“Saudação*

*Aniversário da LATI – Liga dos Amigos da Terceira Idade*

*Fundada a 22 de março de 1979, a LATI – Liga dos Amigos da Terceira Idade, é uma das maiores e mais modernas instituições do país.*

*Celebra hoje 44 anos de atividade e intervenção junto da comunidade do concelho de Setúbal. O seu trabalho, junto da comunidade, tem se constituído ao longo das décadas enquanto um importante e indispensável contributo para o desenvolvimento social do concelho, e para a promoção do bem-estar e qualidade e vida das populações.*

*A sua atividade, em prol da comunidade, com base nos valores da solidariedade, respeito, ética, igualdade e humanismo, tem sido reconhecida ao longo dos anos, tendo consolidado a LATI enquanto um parceiro essencial e indispensável do poder local.*

*Instituições como a LATI são fundamentais enquanto colaboradores e parceiros do poder político na garantia dos direitos sociais dos cidadãos. No contexto atual, de crise socioeconómica proporcionada pela pandemia e pela guerra, e em plena transferência de competências no domínio da ação social, é imperativo estar junto destas entidades, acompanhar a sua intervenção e apoiá-las.*

*Neste sentido, os Vereadores eleitos pelo Partido Socialista saúdam e felicitam a LATI, a direção e os colaboradores das diversas valências, por mais um aniversário e pelo trabalho desenvolvido, fazendo votos da continuação do mesmo.”*

*“Saudação  
Aniversário do Clube de Ténis de Setúbal*

*Fundado em 1948, o Clube de Ténis de Setúbal celebrou no passado dia 10 de março o seu 75.º aniversário.*

*Ao longo das décadas tem desempenhado um importante papel para o desenvolvimento desportivo do concelho, nomeadamente na modalidade de ténis. Com atividade de caráter formativo e com uma forte componente inclusiva, oferece um ambiente no qual as crianças e jovens do concelho têm a oportunidade de adquirir competências e desenvolver a prática desta modalidade.*

*Responsável pela organização de eventos de caráter nacional, que integram Circuito IFT, nomeadamente, o Setúbal Open ou e Open Baía de Setúbal, destinado a atletas que praticam Ténis em Cadeira de Rodas, o Clube de Ténis de Setúbal revela-se enquanto um importante parceiro do poder local para o desenvolvimento desportivo e social do concelho, bem como para o seu reconhecimento a nível nacional e internacional.*

*Neste sentido, os Vereadores eleitos pelo Partido Socialista saúdam e felicitam o Clube de Ténis de Setúbal, todos os sócios, atletas, treinadores, colaboradores e membros dos órgãos sociais, pelo seu aniversário, fazendo votos de continuação do bom trabalho, o qual enaltece e eleva o nome da cidade de Setúbal.”*

*“Saudação  
Aniversário da Companhia de Teatro de Setúbal (ACTAS)*

*Criada em 2006, a Companhia de Teatro de Setúbal (ACTAS) celebrou o seu 17.º aniversário no dia 10 de março.*

*A Companhia tem sido um importante ator para o desenvolvimento cultural e social do concelho de Setúbal, bem como para a promoção do bem-estar e qualidade de vida das populações.*

*A sua atividade tem consolidado a Companhia enquanto um importante parceiro do poder local para o fortalecimento, enriquecimento e desenvolvimento da cultura na nossa cidade. Recentemente trouxe aos palcos peças como “Belle Dominique - Vidas & Armadilhas” e “La Nonna”, as quais têm percorrido diversos concelhos do país, contribuindo desta forma para o reconhecimento e enaltecimento da cidade de Setúbal.*

*Neste sentido, os Vereadores eleitos pelo Partido Socialista saúdam e felicitam a Companhia de Teatro de Setúbal pelo seu aniversário, fazendo votos de continuação do bom trabalho.”*

*“Saudação  
Aniversário da Sociedade de Instrução Musical de Brejos de Azeitão*

*Criada em 1919, a Sociedade de Instrução Musical de Brejos de Azeitão (SIMBA), celebrou o seu 104.º aniversário no dia 4 de março.*

*A SIMBA, casa centenária do teatro e da música de Azeitão, é símbolo notável da atividade cultural e do movimento associativo do concelho de Setúbal, continuando a ser, ao fim de 104 anos de existência, um importante dinamizador de atividades de cariz cultural, desportivo e social. O seu trabalho, em prol da comunidade, contribui de forma inestimável para a promoção da qualidade de vida e bem-estar das populações, reforçando o seu papel fundamental enquanto um parceiro essencial do poder local.*

*Neste sentido, os Vereadores eleitos pelo Partido Socialista saúdam e felicitam a Sociedade de Instrução Musical de Brejos de Azeitão, bem como todos aqueles e aquelas que tornam possível a sua atividade, por mais um aniversário, fazendo votos de continuação do trabalho.”*

*“Saudação  
Aniversário da Sociedade Musical e Recreativa União Setubalense*

*Fundada em 1899, a Sociedade Musical e Recreativa União Setubalense celebra hoje, dia 22 de março, o seu 124.º aniversário.*

*Assinala 124 anos enquanto marco e símbolo do movimento associativo do concelho de Setúbal, tendo acompanhado ao longo das décadas o desenvolvimento e evolução da cidade e das suas gentes.*

*Tem sido um importante parceiro do poder local e das restantes entidades culturais setubalenses para o desenvolvimento cultural, desportivo e social do concelho de Setúbal.*

*O movimento associativo tem um papel fundamental para a promoção do bem-estar e qualidade de vida das populações, devendo ser reconhecido e apoiado como tal pelo poder local, que tanto deve às coletividades pelo seu importante contributo para o fortalecimento da nossa sociedade democrática.*

*Neste sentido, os Vereadores eleitos pelo Partido Socialista saúdam e felicitam a Sociedade Musical e Recreativa União Setubalense, bem como todos aqueles que contribuem para a sua atividade, pelo seu aniversário, fazendo votos de continuação do bom trabalho.”*

**Sr. Vereador Pedro Pina** – Leu a seguinte moção, conforme documento anexo registado sob o n.º 27:

*“Moção  
Dia Nacional do Estudante e Dia Nacional da Juventude — 24 e 28 de março*

*As palavras-chave dos últimos tempos não têm sido animadoras. Fala-se de inflação, de guerra na Europa e de uma sociedade cada vez mais partida e polarizada nas suas noções de liberdade, respeito e solidariedade.*

*As preocupações acumulam-se consoante o que gravita no nosso dia-a-dia: do emprego à habitação e da precariedade à empatia esguia, quase nula, dos patronatos.*

*É aqui que urge um Serviço Público de qualidade, variado nas ideias e no ímpeto, com um posto sólido na hora de chegar aos jovens que procuram encontrar-se. Um apoio genuíno que siga o propósito realista de escutar quem precisa de se fazer ouvir, de dar voz a quem precisa de um lugar de fala digno, de lutar ao lado de quem se esmera por escapar a posições de maior aperto.*

*Cabe a quem trabalha junto da comunidade jovem muni-la das mais variadas ferramentas. Aliando interesses a descobertas, com uma preocupação de preparação constante para os desafios do presente, buscando sempre uma maior compreensão do mundo em redor, procurando a sua superação.*

*Sentir-se parte (por caminhos mais comuns ou alternativos), sentir-se em equilíbrio, saber gerir expetativas, ter tempo, saber da felicidade.*

*Faz muita falta estreitar pontes sérias entre a juventude e as entidades que com ela lidam, que cesse de ser uma massa anónima e passe a papel ativo no que lhe é dirigido. Da comunicação com silêncios de escuta ao incentivo real da sua tão típica irreverência sem excessos de burocracia ou artifícios demagógicos.*

*O trabalho municipal que Setúbal vem desenvolvendo nos últimos anos, tem um sentido profundo de formação daquela coluna vertebral que luta por um presente mais justo de condições e oportunidades para todos.*

*Vamos às escolas, programamos espaços municipais, estamos na rua com eventos tão abertos e inclusivos quanto nos é permitido sonhar. Trabalhamos para apoiar as dinâmicas diversas do movimento associativo juvenil e estudantil, desenvolvemos programas de incentivo cultural e artístico, promovemos projetos de ocupação de férias e tempos livres com*

*conteúdos que combinem tanto quanto possível o entretenimento e a formação cívica dos mais jovens, e mais recentemente – celebrando agora o primeiro aniversário – lançámos as fundações de um programa sério e comprometido com a Capacitação e Empregabilidade dos mais jovens, explorando caminhos, recriando respostas, [desafiando] entidades e parceiros para em conjunto haver um trabalho municipal de fundo, em torno de uma das maiores inquietações da juventude – o que fazer no futuro?*

*Em datas de tão grande relevo como as que aqui se assinalam é imprescindível abraçar a juventude e alargar horizontes. Ter por meta um futuro sem condicionantes, de gente empenhada por mais e melhores recursos, com mais e melhores ferramentas.*

**Sr. Presidente** - Leu a seguinte saudação, conforme documento anexo registado sob o n.º 28:

*“Saudação  
Dia Mundial da Água*

*A Câmara Municipal de Setúbal, no dia em que se assinala o Dia Mundial da Água, data instituída pela Organização das Nações Unidas em 1993 com o objetivo de promover a reflexão e discussão sobre problemas relacionados com os recursos hídricos, reitera o seu empenhamento na preservação deste recurso natural fundamental às nossas vidas e manifesta firme vontade de manter uma gestão responsável deste bem na esfera pública, saudando todos os que, no nosso planeta, continuam a trabalhar para que a água seja acessível a todos.*

*Em Setúbal, depois de 25 anos de concessão a privados, o abastecimento de água e a gestão do saneamento básico voltaram, finalmente, em 2022, à gestão pública por iniciativa liderada pelo atual executivo municipal.*

*Hoje, com os Serviços Municipalizados de Setúbal em pleno funcionamento e com a assunção política da redução das tarifas da água, podemos afirmar que fica cumprido um dos mais importantes objetivos estratégicos propostos para a gestão da Câmara Municipal de Setúbal, depois de 25 anos de privatização deste bem público.*

*O retorno do abastecimento de água e do saneamento básico à esfera pública no concelho de Setúbal está perfeitamente alinhado com os objetivos definidos, em 1993, pelas Nações Unidas para a instituição deste Dia Mundial da Água. Estamos perante uma medida que contribui para o desenvolvimento dos recursos hídricos, para a produtividade económica e para o bem-estar social, uma vez que todas as atividades sociais e económicas dependem fortemente do abastecimento e da qualidade da água doce.*

*A água é fonte de vida. Cabe-nos defender este bem público. É o que estamos a fazer em Setúbal.”*

**Sr. Presidente** – Disse que tinham dois votos de pesar, um apresentado pelo Partido Socialista, relativamente a Manuel Rui Azinhais Nabeiro.

**Sra. Vereadora Graciete Vasco** – Leu o seguinte voto de pesar, conforme documento anexo registado sob o n.º 29:

*“Voto de Pesar  
Manuel Rui Azinhais Nabeiro*

*Do Alentejo para o Mundo, nasceu a 28 de Março de 1931, Manuel Rui Azinhais Nabeiro, em Campo Maior, no distrito de Portalegre. Nascido numa família humilde, começou a trabalhar aos 12 anos, a ajudar a mãe na mercearia e o pai e os tios na terra do café.*

*Aos 17 anos, tomou as rédeas da pequena torrefação de café da sua família. Em 1961, fundou com a esposa e filhos a Delta Cafés, marca hoje mundialmente conhecida. Seguir-se-iam a Novadelta, em 1982, e a Nabeirogest, em 1988, sendo esta última vocacionada*

também para o ramo agrícola e vitivinícola, da distribuição alimentar e de bebidas e da hotelaria. O Grupo Nabeiro – Delta Cafés, é atualmente constituído por cerca de 30 empresas e quase quatro mil trabalhadores.

Rui Nabeiro marcou também a vida política portuguesa. Foi por duas vezes, antes do 25 de Abril de 1974, Presidente da Câmara Municipal de Campo Maior. Foi eleito democraticamente pelo Partido Socialista em 1977, sendo reeleito duas vezes, e mantendo-se no cargo até 1986. Manteve até ao fim da vida a sua ligação ao Partido Socialista, onde exerceu cargos como o de Presidente da Concelhia Política de Campo Maior, tendo sido mandatário também de várias campanhas ligadas ao partido.

Em 1995, Mário Soares atribuiu-lhe o grau de Comendador da Ordem Civil do Mérito Agrícola, Industrial e Comercial Classe Industrial. Em 2006, Jorge Sampaio distinguiu-o como Comendador da Ordem do Infante D. Henrique. Era também Cônsul Regional Honorário de Espanha, com sede na Vila de Campo Maior.

Reconhecido homem empreendedor, imprimiu na sua vida e cultivou na marca que construiu, a solidariedade e a sustentabilidade. Em 2007, inaugurou o Centro Educativo Alice Nabeiro, para dar resposta às necessidades extraescolares das crianças de Campo Maior e, com o patrocínio da Delta, a Universidade de Évora criou, em 2009, a Cátedra Rui Nabeiro, destinada à promoção da investigação, do ensino e da divulgação científica na área da biodiversidade.

Em Setúbal teve intervenção na renovação das instalações da Casa da Baía ocorrida em 2010/2011. Em 2011 foi condecorado com a Medalha Honorífica da Cidade de Setúbal. Recentemente, ajudou a equipar em Setúbal o “Ginásio dos Sentidos”, projeto da Mentis Inquietas, uma sala de Terapia Ocupacional e Psicomotricidade.

Rui Nabeiro faleceu no passado domingo, dia 19 de março, aos 91 anos.

Deixa um legado de inspiração visionária com base na generosidade, na simplicidade, na sua capacidade de acreditar e lutar. E a prática do empreendedorismo com coração.

Neste sentido, os Vereadores eleitos pelo Partido Socialista endereçam à sua família, aos seus amigos, ao Grupo Nabeiro – Delta Cafés e a todos os que tiveram a honra de lhe ser próximos, as suas mais profundas condolências.”

**Sr. Vereador Fernando Negrão** – Fez a seguinte intervenção: “- Era só para dizer, Sr. Presidente, que o PSD associa-se aos dois votos de pesar pela morte do Sr. Comendador Rui Nabeiro e realça a sua dimensão humanista, porque isso é que fez dele uma personalidade única e singular no espaço do nosso país.

E, para além disso, o facto de ter investido no interior - e eu diria mesmo, teimosamente no interior -, porque teve muitas propostas para sair de Campo Maior e para investir nos grandes centros urbanos e ele sempre recusou isso e conseguiu, de facto, construir uma das maiores empresas do país, com dimensão internacional.

Fez no interior do país aquilo que o Estado nunca conseguiu fazer e essa é mais uma razão para nós nos associarmos a este voto e lamentarmos profundamente a morte de um homem com esta qualidade.”

**Sr. Presidente** – Leu o seguinte voto de pesar, conforme documento anexo registado sob o n.º 30:

“Voto de pesar  
Rui Nabeiro

A Câmara Municipal de Setúbal manifesta o seu profundo pesar pelo falecimento, no passado dia 19 de março, de Rui Nabeiro.

A Câmara Municipal de Setúbal relembra e, neste momento de pesar, agradece uma vez mais a generosidade do comendador com Setúbal aquando da renovação das instalações da Casa da Baía, ocorrida em 2010/2011.



*Rui Nabeiro, empresário de Campo Maior e fundador da Delta Cafés, recebeu a Medalha Honorífica da Cidade de Setúbal em 2011.*

*Manuel Rui Azinhais Nabeiro era natural de Campo Maior, terra do alto Alentejo, onde nasceu a 28 de março de 1931. Aos 12 anos, de acordo com a sua biografia oficial, “começou a trabalhar, ajudava a mãe numa pequena mercearia, o pai e os tios na torra do café, numa época em que se sentiam os efeitos nefastos da guerra civil em Espanha”.*

*Tinha 19 anos quando assumiu a direção da Torrefacção Camelo, Lda. Em 1961 criou a Delta Cafés, dando origem a um forte grupo empresarial.*

*A Câmara Municipal de Setúbal endereça à família enlutada sentidos pêsames.”*

O Sr. Presidente disse que, como era hábito naquelas ocasiões e por maioria de razão, propunha um minuto de silêncio.

Fez-se um minuto de silêncio.

## **B) PERÍODO DA ORDEM DO DIA**

### **1. Projeto da Ata n.º 22/2022 - Reunião ordinária de 26 de outubro de 2022**

A ata foi aprovada, por unanimidade dos presentes na reunião a que respeita.

### **2. Projeto da Ata n.º 23/2022 - Reunião ordinária de 02 de novembro de 2022**

A ata foi aprovada, por unanimidade dos presentes na reunião a que respeita.

### **3. Deliberação n.º 536/2023 – Proposta n.º 12/2023 – GAP – Parecer do Município de Setúbal no âmbito da Consulta Pública do Estudo de Impacte Ambiental do Projeto da Pedreira de Calcário e Marga Vale de Mós A (Novo Plano de Pedreira Vale de Mós A) – SECIL**

**Sr. Presidente** – Apresentou a proposta [conforme documentos anexos registados sob os n.ºs 31 e 32] e disse que era um parecer elaborado pelos serviços técnicos da Câmara Municipal, a que os senhores vereadores tinham tido acesso. Esse projeto que estava em análise localizava-se em pleno Parque Natural da Arrábida e tinha como objetivos a fusão da Pedreira de Marga de Vale de Mós A e da Pedreira de Calcário de Vale de Mós B, exploradas para a produção de cimento.

A ampliação da área de exploração era uma das questões em causa, bem como a redução da profundidade da cota-base de exploração.

A Comissão de Coordenação de Desenvolvimento Regional tinha solicitado um parecer à Câmara Municipal sobre esse estudo. O parecer técnico tinha sido elaborado pelos serviços técnicos municipais e tinha envolvido, em particular, o Departamento de Urbanismo e o Gabinete de Apoio ao Desenvolvimento Sustentável e Emergência Ambiental.

Propunha-se, assim, com base nesse parecer, que a Câmara Municipal deliberasse a aprovação do parecer do Município de Setúbal, no âmbito da consulta pública do estudo de impacto ambiental do Projeto da Pedreira de Calcário e Marga Vale de Mós A, o envio desse parecer do Município à CCDR e a submissão do parecer do Município de Setúbal no Portal Participa até ao final do período de consulta, que terminaria no dia 29 de março de 2023.

O parecer da Câmara Municipal, só para que ficasse também registado em ata, era um parecer que correspondia, naturalmente, ao cumprimento do Plano de Ordenamento do

Parque Natural da Arrábida, que não permitia esse tipo de operação e, portanto, era, naturalmente, fundamentado pelos serviços técnicos, mas a conclusão era essa.

Submetida a votação, a proposta foi aprovada, por unanimidade e em minuta.

**4. Deliberação n.º 537/2023 – Proposta n.º 13/2023 – GAP – Parecer do Município de Setúbal no âmbito da Consulta Pública da Avaliação Ambiental Estratégica relativa ao 3.º ciclo de planeamento do Plano de Gestão de Região Hidrográfica do Sado e Mira (PGRH da RH6) e 2.º ciclo de planeamento do Plano de Gestão dos Riscos de Inundações da Região Hidrográfica 6 – Sado e Mira (PGRI da RH6) – Ratificação**

**Sr. Presidente** – Apresentou a proposta, conforme documentos anexos registados sob os n.ºs 33 e 34.

Disse que se tratava de uma ratificação, porque terminava o prazo para dar resposta à consulta no dia 15 de março, pelo que se pedia que a Câmara ratificasse aquele parecer, que era um parecer também dos serviços de urbanismo (Planeamento Urbanístico), do Gabinete de Apoio ao Desenvolvimento Sustentável e Emergência Ambiental e, também, do Serviço Municipal de Proteção Civil e Bombeiros.

No fundamental, tratava-se de um parecer favorável condicionado, porque se entendia - e era explicado no parecer, pelos serviços municipais - que havia recomendações a fazer à Agência Portuguesa do Ambiente, relativamente às questões que tinham sido colocadas e era por isso que o parecer era favorável, mas condicionado.

Propunha-se que a Câmara Municipal deliberasse a ratificação do parecer do Município de Setúbal, no âmbito da consulta pública da avaliação ambiental estratégica.

Submetida a votação, a proposta foi aprovada, por unanimidade e em minuta.

**5. Deliberação n.º 538/2023 – Proposta n.º 14/2023 – GAP – Designação de Encarregado de Proteção de Dados para os Serviços Municipalizados de Setúbal**

O Sr. Presidente apresentou a proposta, conforme documentos anexos registados sob os n.ºs 35 e 36.

Submetida a votação, a proposta foi aprovada, por unanimidade e em minuta.

**6. Deliberação n.º 539/2023 – Proposta n.º 15/2023 – GAP – Celebração de contrato de arrendamento – Serviços Municipalizados de Setúbal**

O Sr. Presidente apresentou a proposta, conforme documentos anexos registados sob os n.ºs 37 e 38.

**Sr. Vereador Carlos Rabaçal** – Disse que era só para situar a proposta. Os senhores vereadores do Partido Socialista e, também, do PSD tinham participado numa visita ao espaço dos Ciprestes, que as Águas do Sado lhes tinham deixado para a equipa operacional, onde estava instalado esse Call Center, em condições que não eram dignas, de insalubridade e de grande dificuldade no trabalho, por causa da humidade, para as trabalhadoras.

Tinham-se comprometido na altura - já tinham decidido isso - e tinham informado, quer a delegação do PS quer a delegação do PSD que iriam fazer] uma intervenção. Tinham falado

com as trabalhadoras e as trabalhadoras tinham decidido manter-se a trabalhar no espaço em que estavam tentando eles mudar alguma coisa no espaço, mas com o compromisso de, com a maior brevidade possível, encontrar um espaço alternativo.

Esse espaço tinha sido encontrado e era desse espaço que era proposto o aluguer. Já tinha sido feita uma ligeira intervenção no espaço. Era um espaço muito bom e em que as trabalhadoras iriam ter condições de trabalho de qualidade dignas e ao nível daquilo que era a oferta de condições de trabalho do Município aos seus trabalhadores.

Submetida a votação, a proposta foi aprovada, por unanimidade e em minuta.

#### **7. Deliberação n.º 540/2023 – Proposta n.º 348/2023 – DAF/DICONT/SERGE – Celebração de contrato de arrendamento para instalação de Serviços Municipais**

O Sr. Presidente apresentou a proposta, conforme documentos anexos registados sob os n.ºs 39 e 40.

**Sr. Presidente** – Disse que se tratava de uma necessidade de arrendamento de espaço para instalar em melhores condições o Gabinete dos senhores Vereadores do Partido Social Democrata.

**Sr. Vereador Fernando Negrão** – Disse que, naturalmente, agradeciam muito penhoradamente o facto de lhes darem instalações com uma dimensão maior do que aquela que tinham, porque, de facto, era muito pequenino o gabinete que tinham.

No entanto, tinham dito, na primeira ou na segunda reunião da Câmara que tinham tido, que a oposição devia ter a mesma dignidade do que aqueles que governavam a cidade e o concelho e essa dignidade traduzia-se em atos, designadamente o facto de saberem onde estavam sediados os seus serviços.

Tinham solicitado que o Sr. Presidente tivesse isso em consideração quando fosse tratar das questões da instalação dos vereadores da oposição e tinham pedido que fosse no edifício da Câmara, porque, de facto, o edifício da Câmara era onde estava representado o poder autárquico e onde estavam os vereadores, onde deveriam estar todos os vereadores da Câmara.

Lamentavam que isso não tivesse acontecido e ficava ali, em ata, esse lamento, da parte deles.

**Sr. Presidente** – Disse ao Sr. Vereador Fernando Negrão que, como também tinha tido oportunidade de lhe dizer, quando falaram sobre o assunto, que não tinha qualquer problema relativamente a isso. No entanto, como também lhe tinha explicado na altura, os serviços que dependiam do Presidente da Câmara tinham muitos trabalhadores e o edifício tinha aquelas salas, tinha a Sala de Sessões, tinha o Salão Nobre e, portanto, tinha dificuldade em ter ali todos esses serviços e era fundamental que os serviços, como acontecia com os outros senhores vereadores que tinham pelouros...

Não acontecia com todos, infelizmente, havia vereadores que tinham serviços distribuídos por vários edifícios, não conseguiam atingir esse objetivo. Como sabiam, tornava-se muito mais eficaz um vereador ter os serviços juntos para poder melhor desenvolver a sua atividade. Portanto, essa era a razão fundamental, não havia outra razão que não fosse essa situação.

Talvez um dia conseguissem encontrar soluções, que passavam, naturalmente, por decisões que teriam de tomar mais para a frente, de encontrar outras instalações que pudessem corresponder a um melhor funcionamento dos órgãos municipais, designadamente da Câmara Municipal e da Assembleia Municipal.

Portanto, também ficava ali essa nota, dizendo que não considerava que essa fosse uma manifestação desadequada, antes pelo contrário, mas achava que havia razões, também significativas e importantes, para o facto de ter os serviços que dependiam da presidência ali, naquele edifício, e, mesmo assim, com algumas dificuldades.

Ficava, também, essa abertura para fazerem esse caminho, de ter instalados os vereadores da oposição de outra forma, mas tomariam essas decisões mais à frente. Fariam essas propostas e tomariam essas decisões.

Submetida à votação, a proposta foi aprovada, por unanimidade e em minuta.

**8. Deliberação n.º 541/2023 – Proposta n.º 349/2023 – DAF/DICONT/SERGEP – Alienação do lote de terreno n.º 262, do Loteamento Municipal do Bairro do Casal das Figueiras, União de Freguesias de Setúbal**

O Sr. Presidente apresentou a proposta, conforme documento anexo registado sob o n.º 41.

Submetida a votação, a proposta foi aprovada, por unanimidade e em minuta.

**9. Deliberação n.º 542/2023 – Proposta n.º 350/2023 – DAF/DICONT/SERGEP – Serviços Municipalizados de Setúbal - Investimentos (Resíduos Sólidos Urbanos) – Balanço**

O Sr. Presidente apresentou a proposta, conforme documentos anexos registados sob os n.ºs 42 e 43.

Submetida a votação, a proposta foi aprovada, por unanimidade e em minuta.

**10. Deliberação n.º 543/2023 – Proposta n.º 353/2023 – DAF/DICONT – 1.ª Alteração Permutativa ao Orçamento da Despesa, 1.ª ao Plano de Atividades e 1.ª ao Plano Plurianual de Investimentos**

O Sr. Presidente apresentou a proposta, conforme documentos anexos registados sob os n.ºs 44 a 47.

Submetida a votação, a proposta foi aprovada, por maioria e em minuta, com 8 votos a favor, 5 da CDU e 3 do PS, e 2 abstenções, do PPD/PSD.

**Sr. Vereador Joel Marques** – Fez a seguinte declaração de voto: *“O Partido Socialista fez a discussão do orçamento na altura em que o orçamento foi apresentado e, nesse momento, em 2022, votámos contra e, usualmente, abstermo-nos nestas alterações permutativas dos orçamentos municipais.*

*Nesta alteração, entendemos votar favoravelmente, baseando o nosso sentido de voto acima de tudo, naquilo que é a resolução do problema que se vinha arrastando no tempo, do problema dos agregados familiares que ainda estavam na Quinta da Parvoíce e, portanto, tendo isso em consideração, deixar esta declaração de voto, reforçando que esta é uma situação que é de urgente resolução e que, finalmente, nesta reunião de Câmara, encontramos as soluções para poder alojar dignamente aquelas famílias.”*



**Sr. Presidente** – Disse que, infelizmente, ainda iria demorar algum tempo, porque era necessário fazer obras nesse espaço e tudo isso levava tempo, mas o caminho tinha sido encontrado.

Permitissem-lhe só o esclarecimento de que isso resultava de um acordo, de um entendimento entre a Câmara Municipal e o Instituto da Habitação e Reabilitação Urbana e que quem assumiria os custos dessa operação, no alojamento temporário dessas pessoas, seria, de facto, o IHRU, mas isso obedecia a um regulamento e os regulamentos nem sempre estavam preparados para as situações concretas. Portanto, tinha sido muito difícil - sobretudo [com] o preço das rendas a que naquele momento se assistia - encontrar soluções para que o próprio regulamento conseguisse ter a capacidade para assumir uma parte significativa dos valores.

Era óbvio que não iria assumir todas, a Câmara Municipal teria de assumir uma parte, também, mas, era a parceria que tinham estabelecido com a Administração Central, no sentido de resolver esse grave problema. Esperavam que, logo que essas pessoas saíssem do bairro, houvesse condições para fazer a demolição daquelas barracas e de começar a fazer os estudos para as novas construções, que eram uma parceria, também, entre a Câmara Municipal e o IHRU, ali naquele espaço,

**Sr. Vereador Fernando Negrão** – Fez a seguinte declaração de voto: *“Querida saudar a solução encontrada para o problema que se vinha arrastando já há muito tempo na Quinta da Parvoíce, solicitando, embora, ao Sr. Presidente que envide todos os esforços para que isto não se continue a prolongar no tempo, porque, enfim, já nos foi dizendo que isto pode acontecer e nós sabemos bem que isso pode acontecer - estamos, nesse ponto, de acordo com o que acaba de dizer - e que nos abstivemos porque envolvia outras votações noutras verbas que implicavam alteração do orçamento e nós, por norma, temo-nos absterido nessas votações, sabendo que não inviabilizava este ponto.”*

**11. Deliberação n.º 544/2023 – Proposta n.º 351/2023 – DEB/DAF/DICOMP/SECOMP – Concurso Público n.º 04/2023/DAF/DICOMP/SECOMP para a prestação de serviços para administração e manutenção de parque informático, plataforma tecnológica de comunicação e rede elétrica de baixa tensão das escolas do 1.º ciclo do ensino básico, jardins de infância e secretarias do 2.º, 3.º ciclo e secundárias da rede pública do concelho de Setúbal**

**Sr. Presidente** – Disse que a Sra. Vice-Presidente, a Vereadora Carla Guerreiro, não estava na reunião porque estava em representação da Câmara Municipal, numa iniciativa da Rede das Cidades Educadoras, em Espanha, e, por isso, iria ler aquela proposta, que vinha da Educação, conforme documentos anexos registados sob os n.ºs 48 a 51.

**Sra. Vereadora Sandra Frota** – Disse que lamentava a Vereadora Carla Guerreiro não estar presente, porque a pergunta, se calhar, era mais fácil de ser respondida por ela.

A administração e a manutenção do parque informático, plataforma tecnológica de comunicação e a rede elétrica das escolas do 1.º ciclo e jardins de infância da rede pública era efetuada por uma empresa até à data, que era a Êxitos - Soluções Tecnológicas e estando eles, naquela reunião, a discutir aquela proposta de abertura de um novo concurso público para o mesmo fim, gostariam de saber se o contrato com a empresa anterior estava a terminar, se já tinha terminado e qual a data, se estivesse a terminar. Já tinha terminado?

**Sr. Presidente** – Disse que já tinha terminado.

**Sra. Vereadora Sandra Frota** – Disse que, então, vinha a sua questão seguinte: Uma vez que os concursos públicos tinham que obedecer aos seus tempos próprios – havia etapas que não se podiam ultrapassar, havia que cumprir - e estando as escolas a aproximarem-se das provas de aferição do 2.º, 5.º e 8.º ano e, também, de Estudos Internacionais, que se realizavam, preferencialmente, “*on line*”, já nos meses de abril e maio, como, por exemplo, o (...) e outros, gostaria de saber se as escolas poderiam estar descansadas em relação ao acesso à Internet e à velocidade da mesma, bem como à manutenção dos diferentes equipamentos. (A Dra. Celeste estava a acenar com a cabeça, dizia que sim, mas...)

**Sra. Presidente** - Disse que havia um procedimento de prolongamento do contrato, até que fosse encontrada a solução definida naquele concurso. Podia ficar descansada. Agradecia a pergunta, de facto fazia todo o sentido. Ele é que não tinha a informação.

**Sra. Vereadora Sandra Frota** – Disse que, normalmente, quanto a esses Estudos, principalmente os Internacionais, tinham que preencher, nas escolas, de uma forma geral, uma série de procedimentos em que se comprometiam a ter as condições necessárias e, naquele momento, deparavam-se com aquele concurso público e, cumprindo as etapas todas, só devia estar concluído para lá do final do ano letivo. Era essa a preocupação das escolas, em geral.

Submetida à votação, a proposta foi aprovada, por unanimidade e em minuta.

**12. Deliberação n.º 545/2023 – Proposta n.º 04/2023 – DOM – Empreitada – CP 09/2019 – “Terminal Interface Setúbal” - Revisão Extraordinária de Preços – Pedido de Revisão da Decisão de Indeferimento – Manutenção do Indeferimento**

O Sr. Vereador Carlos Rabaçal apresentou a proposta, conforme documentos anexos registados sob os n.ºs 52 e 56.

Submetida à votação, a proposta foi aprovada, por unanimidade e em minuta.

**13. Deliberação n.º 546/2023 – Proposta n.º 05/2023 – DOM – Empreitada CP 02/2020 – “Requalificação Urbana e Mobilidade da Avenida dos Combatentes e Avenida 22 de dezembro” – Aprovação de revisão de preços definitiva**

O Sr. Vereador Carlos Rabaçal apresentou a proposta, conforme documentos anexos registados sob os n.ºs 57 e 58.

Submetida à votação, a proposta foi aprovada, por unanimidade e em minuta.

**14. Deliberação n.º 547/2023 – Proposta n.º 06/2023 – DOM/DIHAB – Celebração de contrato de arrendamento com prazo certo para subarrendamento de alojamento temporário**

O Sr. Vereador Carlos Rabaçal leu a proposta, conforme documentos anexos registados sob os n.ºs 59 a 61.

**Sr. Vereador Carlos Rabaçal** – Disse que, antes de colocar a proposta em debate, só queria chamar a atenção para o seguinte: Naquele momento, tinham, rigorosamente, 14 pessoas por alugar, que correspondiam a 14 agregados individuais. Com aquele arrendamento, resolviam dois problemas complicados. O primeiro problema era resolver, de imediato, a situação da Quinta da Parvoíce, tendo em conta a carência de fogos disponíveis no território e na região para aquela tipologia, e iria permitir garantir que algumas famílias, em caso de necessidade, que tivessem obras nas suas casas, que fossem lá alojadas, também temporariamente.

Aquele alojamento, em princípio, era temporário e por 30 dias renováveis, para cada um dos agregados, embora, como já ali tinha dito, houvesse características específicas desses agregados residuais que podiam sugerir a necessidade e a vantagem de se manterem num alojamento daquela tipologia, para o devido acompanhamento social.

Isso queria dizer que aquela solução resolvia vários problemas em simultâneo e, portanto, era uma solução que permitia garantir que, após uma breve intervenção naquele edifício - limpeza, alguma pintura, reposição de torneiras, e, também, tratamento do piso, de acordo com a lista -, poderia alugar, num espaço muito curto de tempo, todas essas pessoas e, de uma forma definitiva, erradicar a Quinta da Parvoíce.

Portanto, nesse sentido, considerava que era muito importante aquele passo que estavam a dar, visto que encontravam o mercado de arrendamento bloqueado. Não estava a falar do mercado de arrendamento de 300, 400 ou 500 euros, estava a falar do mercado de arrendamento que ia entre os 700, 800 e 900 euros, para a tipologia que precisavam. Nesse sentido, mesmo a esses preços, não havia, o que queria dizer que aquela solução parecia ser a solução adequada.

Submetida a votação, a proposta foi aprovada, por unanimidade e em minuta.

**15. Deliberação n.º 548/2023 – Proposta n.º 345/2023 – DOM/DAF/DICOMP/SECOMP – Cessão da posição contratual pelo Município de Setúbal a favor dos S.M.S. - “Aquisição de licença do software informático SAP RISE (ERPS4/HANA) e contratação de prestação de serviços de implementação de todo o sistema informático, garantido a continuidade da prestação dos serviços de abastecimento público de água e saneamento de águas residuais, pelos Serviços Municipalizados de Setúbal, decorrente da reversão do contrato de concessão em vigor”**

O Sr. Vereador Carlos Rabaçal apresentou a proposta, conforme documentos anexos registados sob os n.ºs 62 a 65.

Submetida à votação, a proposta foi aprovada, por unanimidade e em minuta.

**16. Deliberação n.º 549/2023 – Proposta n.º 29/2023 – DCDJ/DIDES – Apoio financeiro ao Centro Cultural e Desportivo de Brejos de Azeitão – Torneio de Futebol – “Roda a Bola” - 25 de abril 2023**

O Sr. Vereador Pedro Pina apresentou a proposta, conforme documentos anexos registados sob os n.ºs 66 e 67.

Submetida à votação, a proposta foi aprovada, por unanimidade e em minuta.



**17. Deliberação n.º 550/2023 – Proposta n.º 30/2023 – DCDJ/DIDES – Apoio financeiro ao Núcleo de Bicross de Setúbal para a organização da Taça de Portugal de BMX Race 2023 - 13 e 14 de maio**

O Sr. Vereador Pedro Pina apresentou a proposta, conforme documentos anexos registados sob os n.ºs 68 e 69.

Submetida à votação, a proposta foi aprovada, por unanimidade e em minuta.

**18. Deliberação n.º 551/2023 – Proposta n.º 31/2023 – DCDJ/DIDES – Feira Náutica de Setúbal 2023 – Taxas a cobrar pelo Município pelo aluguer de espaços para expositores**

O Sr. Vereador Pedro Pina apresentou a proposta, conforme documento anexo registado sob o n.º 70.

Submetida à votação, a proposta foi aprovada, por unanimidade e em minuta.

**19. Deliberação n.º 552/2023 – Proposta n.º 32/2023 – DCDJ/DIDES – Protocolos de colaboração e apoio financeiro às Instituições parceiras nos projetos desportivos municipais “Desportivamente em (Re)Forma” e “Desporto nas Escolas – 1.º Ciclo”**

O Sr. Vereador Pedro Pina apresentou a proposta, conforme documentos anexos registados sob os n.ºs 71 a 81.

Submetida à votação, a proposta foi aprovada, por unanimidade e em minuta.

**20. Deliberação n.º 553/2023 – Proposta n.º 33/2023 – DCDJ/DIMEF – Denúncia de protocolo celebrado entre o Município de Setúbal e a INQUISET - Cooperativa de Inquilinos de Setúbal, Cooperativa de Responsabilidade Limitada – CRL**

O Sr. Vereador Pedro Pina apresentou a proposta, conforme documentos anexos registados sob os n.ºs 82 e 83.

Submetida à votação, a proposta foi aprovada, por unanimidade e em minuta.

**21. Deliberação n.º 554/2023 – Proposta n.º 34/2023 – DCDJ/DIMEF – Protocolo de cooperação entre o Município de Setúbal e a AIL - Associação de Inquilinos Lisbonenses**

O Sr. Vereador Pedro Pina apresentou a proposta, conforme documentos anexos registados sob os n.ºs 84 a 86.

**Sr. Vereador Pedro Pina** – Disse que o diálogo tinha sido estreito entre aquelas duas entidades e, acima de tudo, consideravam a importância que, face ao quadro que tantas vezes discutiam naquelas reuniões, relativamente às questões do arrendamento, parecia-lhes

importante a permanência de uma associação. Era uma associação sem fins lucrativos, que, obviamente, prestava um importante apoio, nomeadamente apoio jurídico, a situações de inquilinos, tantas vezes confrontados com situações com os seus proprietários, relativamente às situações de arrendamento. Parecia-lhes justificada a realização daquele novo protocolo, naquele caso com a Associação de Inquilinos Lisbonenses.

Submetida à votação, a proposta foi aprovada, por unanimidade e em minuta.

**22. Deliberação n.º 555/2023 – Proposta n.º 35/2023 – DCDJ/DICUL – Apoio pontual Grupo Cénico do G. D. Setubalense “Os 13”**

O Sr. Vereador Pedro Pina apresentou a proposta, conforme documento anexo registado sob o n.º 87.

Submetida à votação, a proposta foi aprovada, por unanimidade e em minuta.

**23. Deliberação n.º 556/2023 – Proposta n.º 36/2023 – DCDJ/DICUL – Protocolo de colaboração com a Associação Cinematográfica 50 CUTS**

O Sr. Vereador Pedro Pina apresentou a proposta, conforme documentos anexos registados sob os n.ºs 88 a 90.

Submetida à votação, a proposta foi aprovada, por unanimidade e em minuta.

**24. Deliberação n.º 557/2023 – Proposta n.º 37/2023 – DCDJ/DICUL – Protocolo de Cooperação - Associação Cultural TOMA – Teatro Oficina Multi Artes**

O Sr. Vereador Pedro Pina apresentou a proposta, conforme documentos anexos registados sob os n.ºs 91 a 93.

**Sr. Vereador Joel Marques** – Disse que [queria] começar por saudar o TOMA, que, apesar de todas as dificuldades, ia mantendo uma atividade cultural profícua na cidade. O TOMA era uma das muitas associações culturais do concelho que não dispunham de espaço próprio. Ensaiaava nas instalações da Capricho, naquilo que era a demonstração plena do espírito solidário e colaborativo do movimento associativo e dos diferentes agentes culturais setubalenses.

Aquela proposta de apoio considerava como contrapartidas do apoio a dinamização de três sessões ou atividades destinadas ao público infantil e a integração na programação das Comemorações Bocageanas, nomeadamente nas Noites Bocageanas, e na sessão solene do dia 15 de setembro. Podiam, por isso, entender aquela proposta como um misto de apoio à atividade da associação e de contratação de serviços.

A verdade era que, à falta de uma matriz objetiva que definisse os critérios de atribuição do apoio, continuavam a questionar, como tinham feito noutras propostas semelhantes que tinham sido trazidas, porque é que aquela proposta era de um apoio de apenas 10 mil euros, sendo que era um apoio que, no fundo, era um misto, porque, pressupunha, sem qualquer outra contrapartida financeira para a associação, a realização de, pelo menos, cinco eventos. Porque é que aquela proposta era de apenas 10 mil euros e não era de 12 ou de 15 ou qualquer outro valor que fosse adequado à produção cultural da associação? A verdade era que, objetivamente, continuavam, apesar do compromisso que já tinha sido assumido no ano anterior, de haver uma matriz que permitisse enquadrar aquilo que eram os apoios e sindicar



aquilo que eram os apoios, continuavam sem conseguir definir, objetivamente, porque é que eram 10 mil e não eram 12 ou 15 ou 20, um montante que fosse, efetivamente, adequado àquilo que era a produção cultural daquela associação e de todas as outras do movimento cultural setubalense.

**Sr. Vereador Pedro Pina** – Disse que agradecia a questão colocada pelo Vereador Joel Marques. Em primeiro lugar, queria recordar-lhe, porque sabia que também [estava] atento às atas das reuniões da Câmara, que a Câmara Municipal - e ele próprio tinha referido [isso] -, no âmbito do processo da construção da estratégia e da política cultural que estava a ser desenvolvida - já ali tinham trazido, em vários momentos, nota desse mesmo trabalho - com a participação alargada de muitas instituições da nossa cidade.

Já ali tinha referido que, nesse processo, estava também a ser desenvolvida uma matriz - se é que poderiam chamar-lhe assim - que consagrasse, nomeadamente, alguns critérios. Aproveitava para o desafiar a que lhe trouxesse critérios e matrizes de apoio à cultura de outras câmaras municipais.

Queria, também, de alguma forma, referir que era sempre com alguma...enfim, pela legitimidade da questão, mas também não percebiam muito bem, porque, normalmente, as questões que a bancada do Partido Socialista [levantava] eram sempre um bocadinho avulsas. Recordava - pensava que teria sido na anterior reunião da Câmara - que tinham aprovado, aproximadamente, cerca de 10 apoios a várias entidades e relativamente à questão, só tinha sido dirigida, única e exclusivamente, a uma instituição. Tratava-se, exclusivamente, das razões e das motivações do apoio ao Coral Luísa Todi.

Considerando que a bancada do Partido Socialista era uma bancada propositiva, também nunca tinha chegado qualquer tipo de proposta sobre quais é que seriam os critérios que deveriam ser utilizados.

De todo o modo, queria dizer ou reforçar aquilo que lhe parecia importante. Todas as propostas ali apresentadas, independentemente da divergência ou da convergência e dos entendimentos que cada uma das bancadas tinha sobre os apoios, eram discutidas com as entidades. Em segundo [lugar], as propostas eram consideradas, eram avaliadas e eram analisadas pelos serviços da Câmara Municipal de Setúbal, nomeadamente a Divisão de Cultura, naquele particular, que era quem concorria diretamente para a análise e apreciação dessas mesmas propostas.

Essas propostas eram avaliadas com base num plano de atividades que era apresentado, com base no orçamento do próprio departamento e da própria divisão e era nesse sentido, no diálogo com a instituição, na apreciação técnica que era feita do projeto de cada uma dessas mesmas atividades e nas condições objetivas de apoio a essa proposta que era feita uma proposta ao executivo, do valor a ser atribuído à instituição.

Portanto, não valia a pena continuar a insistir nessa ideia, que era permanente da parte do Partido Socialista, da ausência de critérios, porque, objetivamente, os critérios eram os critérios de análise e apreciação dos planos de atividades das instituições, em diálogo com as instituições e na capacidade objetiva que existia para apoiar essas entidades.

Sobre os valores, não tinham dúvidas nenhuma. Seria sempre pouco e insuficiente o apoio que, manifestamente, se dava à Cultura, mas, também, sobre essa matéria, era bom e seria importante, também aguardava com expectativa. Não estava naquele dia com eles o Vereador Fernando José, mas aguardava, com expectativa, as demandas que ali lhes tinha deixado - pensava que em meados do ano anterior, princípios daquele ano -, sobre os esforços relativamente àquilo que tinha sido um número alargado de entidades setubalenses que se tinham candidatado, nomeadamente a apoios da DGArtes, à cabeça, a mais gritante, a do Teatro de Animação de Setúbal, que tinha sido elegível, e que não tinham sido consideradas, exatamente por critérios.

Portanto, pensava que valia a pena terem isso em conta, para não serem traídos, depois, sobre o que é que era justo e o que é que deixava de ser justo, sobretudo quando falavam em matéria de Cultura, porque, se se entendessem relativamente a essa matéria, no que era possível entenderem-se e no que não era possível entenderem-se, seria que uma das críticas

maiores que, sem prejuízo das entidades culturais, dos artistas e dos criadores quererem, obviamente, ser transparentes nos processos das candidaturas, o senhor Vereador também sabia que uma das questões que muitas vezes era colocada era exatamente os critérios e a forma como esses critérios eram estabelecidos, que, muitas vezes, coartava, objetivamente, aquilo que eram muitas das candidaturas aos mais diferentes tipos de apoios.

Pensava que o senhor Vereador ia dizer a evolução do apoio ao TOMA. Não se tinha sentido satisfeito, como a instituição, como a grande maioria das instituições, e voltava a dizer-lhe que também o desafiava para isso.

Aquele era o maior orçamento de sempre, que seria sempre insuficiente. Era o maior orçamento de sempre da autarquia setubalense para apoio ao Teatro da nossa cidade. O maior orçamento de sempre e, portanto, num período de continuada incerteza económica, num período em que sabiam as dificuldades que as entidades atravessavam, o senhor vereador fazer a afirmação que fazia, a pergunta para que o desafiava era: com o que é que essas entidades podiam contar que não fossem as câmaras municipais - naquele caso, a Câmara Municipal de Setúbal, o seu trabalho, a sua itinerância e a sua persistência -, porque, se estivessem a contar com outros tipos de apoios sobre essa matéria não valia a pena perderem muito tempo.

O Sr. Presidente já ali, por diferentes vezes, tinha referido que muitas vezes as coisas não aconteciam à velocidade que desejavam. Pensava que estaria para breve, mas o Sr. Presidente da Câmara Municipal já tinha referido, já tinha dialogado com a entidade, havia serviços a tratar desse processo, mas estava crente que, num futuro relativamente próximo, ainda durante o ano 2023, não querendo ali traçar nenhuma data em concreto, o Teatro TOMA, como era do conhecimento dos próprios, teria um espaço atribuído para o desenvolvimento do seu trabalho e a entidade sabia desse processo, sabia desse caminho, sabia dessa evolução.

Um terceiro aspeto, que também ficaria para situações similares àquela que se colocava relativamente àquele apoio, era que estavam numa fase final, porque tinham sentido que a melhor forma era lançar o desafio às entidades sobre os apoios extraordinários que tinham aprovado na Câmara Municipal e, portanto, no ano de 2023, a par desse mesmo apoio, trariam muito em breve outras propostas, quando estivessem concluídos, porque as entidades, entretanto, tinham feito chegar um bocadinho avulso as propostas das suas atividades, para serem elegíveis no apoio extraordinário, relativamente à situação financeira, e, portanto, seria mais um apoio em que não só, certamente, o TOMA seria considerado como muitas outras entidades.

Por fim, o senhor Vereador podia chamar-lhe o que quisesse, eles achavam que se tratava de uma parceria. Achavam que se tratava de uma parceria e, portanto, não lhes parecia, de facto, desajustado que, quando estabeleciam um protocolo com uma instituição, que, de alguma forma, descrevessem aquilo que eram projetos - como tinham com outras entidades - onde sentissem que a presença, a participação e a valorização que essas mesmas entidades davam a esses eventos decorriam dessa colaboração, dessa parceria.

Aliás, ano após ano, essas coisas tinham mutações, umas mantinham-se, outras ganhavam forma. Aquela do TOMA era relativamente recente na história da atividade e dos aniversários, quando celebravam o aniversário da cidade e tinha surgido, exatamente, por uma proposta na relação direta com os serviços da Câmara Municipal - outras poderiam surgir - e, portanto, quando se inscreviam ou quando, de alguma forma objetiva, no apoio, ficava essa colaboração, esse processo era feito com as instituições, não havia uma obrigação, havia um imperativo.

As instituições não eram obrigadas a dizer que só recebiam o apoio se fizessem essa atividade, até porque muitas dessas entidades tinham gosto, prazer, vontade de serem também parceiras em muitos desses momentos. Achava que isso valorizava, prestigiava e, sobretudo, até clarificava essa relação entre a Câmara Municipal e as próprias instituições.

**Sr. Vereador Joel Marques** – Disse que agradecia a questão colocada pelo senhor Vereador Pedro Pina, relativamente àquilo que eram os regulamentos de atribuição de apoios culturais noutros municípios. Elencou Odivelas, Aljustrel, Torres Vedras, Lisboa. Tinha a certeza que se o senhor Vereador Pedro Pina procurasse haveria de encontrar outros, que tinham aquele tipo de solução.

Disse que compreendendo aquilo que eram, sempre, as limitações financeiras do Município, que eram transversais a todos, fosse na administração pública, fosse na nossa vida privada, fosse nos municípios, na administração central, a verdade era que aquilo que era, nas palavras do senhor Vereador, o maior orçamento de sempre em Setúbal, dedicado ao teatro, tinha cortado 20% de apoio ao TAS. Tinha passado de 100 mil euros, para 80 mil euros. Portanto, apesar de toda a retórica, a verdade era que continuavam sem objetividade conhecida, vertida nas propostas. Estavam ali a aprovar as propostas, elas eram construídas, naturalmente, com base naquilo que eram os planos de atividades que os diversos agentes culturais faziam chegar ao município, alguns desses agentes culturais faziam chegar os seus planos de atividades também à vereação e, portanto, tomavam conhecimento deles, e tomavam boa nota deles. Alguns enviavam para o município, portanto, discutiam apenas aquilo que era a sua atividade com o município, mas a verdade era que sem haver uma matriz, um critério cuja objetividade fosse vertida na proposta, a transparência que entendiam que era necessário que aquelas propostas tivessem, como todas as outras, e quando falavam em transparência não queriam dizer que houvesse uma opacidade, uma neblina, que tivesse alguma má fé ou má intenção por trás. A verdade era que essa falta de transparência nos critérios que eram analisados e na forma como essa análise depois se refletia nos apoios, e nos valores que eram atribuídos a cada uma das diversas entidades, iam continuar a levá-los a colocar exatamente as questões que tinham colocado: *porquê dez e porque não mais?* Tinham, naquele dia, outras propostas para debater, naquele âmbito dos apoios culturais e tinham outras propostas de apoios que iriam analisar mais aprofundadamente. Mas era importante, sabia que ao senhor Vereador Pedro Pina, eventualmente, as intervenções deles causariam algum tipo de constrangimento, mas continuariam a fazê-las, porque, enquanto não tivessem definido de forma muito clara quais eram os critérios que levavam à atribuição de um determinado valor e não outro, porque é que tinham, fosse para que agente cultural que fosse, uma proposta de 10 mil e não de 12 mil ou 15 mil ou de algum outro valor, que se entendesse que fosse adequado, porque é que tinham para um agente cultural, como era o caso do TAS, tinha-se referido ao TAS porque o senhor Vereador tinha puxado o TAS à conversa, uma redução de 20%, no apoio que tinha sido atribuído ao TAS, quando nas palavras do senhor Vereador, tinham o maior orçamento de sempre dedicado ao teatro em Setúbal. Eram questões que teriam de continuar a colocar em cima da mesa e a trazer à discussão.

**Sr. Vereador Pedro Pina** – Disse ser sincero que era com pasmo e ficava um bocadinho atónito de o senhor vereador ter tido o desprante de ter falado do TAS. Pediu desculpa, com todo o respeito e com toda a candura, porque era inclassificável, era inadjetivável, uma entidade que ficou excluída de todo o apoio, pelo governo do Partido Socialista, e o senhor queria dizer que a questão central foi os 20%. Mas o que os 20% da candidatura do TAS tinha a ver com a ausência de apoio da DGARTES? Falavam de uma candidatura superior a mais de 100 mil euros. O senhor Vereador considerando que era um homem tão informado, por acaso era engraçado porque não referiu nenhuma matriz de apoio, à cultura, na Península de Setúbal. Curiosamente não se lembrou de nenhum município da Península de Setúbal que tivesse critérios, objetivos, claros e transparentes da forma como se apoiavam as instituições. Era engraçado não se ter lembrado, mas tinha-se lembrado de Lisboa, mas tinha-se esquecido de falar da EGEAC, que trabalhava diretamente no apoio às instituições, nomeadamente as profissionais.

(vozes de fundo)

**Sr. Vereador Pedro Pina** – Disse que Aljustrel era uma cidade que claramente se comparava à deles, também compreendiam isso, Aljustrel, Setúbal, Freixo de Espada à Cinta, eram tudo municípios. Mas sem desprimor para a intervenção, como o senhor Vereador também sabia, a candidatura do TAS era uma candidatura que tinha tido por base a candidatura dirigida à DGARTES. Questionou se sabia disso? Era um homem informado, uma pessoa atenta e, portanto, tinha sido na estrita medida da candidatura feita à Direção-Geral das Artes, que o próprio TAS - pensava que não estava a cometer nenhuma inconflidência -, quer o próprio Partido Socialista, quer o próprio Partido Social Democrata, já tinham dialogado com a preocupação que assistia à sustentabilidade e funcionamento da instituição, já tinham estado presente em reuniões, sabia que, inclusive o TAS se tinha candidatado a uma candidatura não quadrienal como, por exemplo, tinha sido o caso do Teatro Estúdio Fontenova, mas bianual e que isso se tinha refletido, também, no valor apresentado para a candidatura. Portanto, havia vários níveis de valores que se podiam candidatar e o TAS tinha-se proposto a um determinado valor e tinha sido na proposta e na proposição de determinado valor que dessa mesma candidatura, que a Câmara tinha feito uma proposta de 80 mil euros. Para que ficasse claro.

Segundo, o senhor Vereador podia ter uma certeza, era que eles, Câmara Municipal, trabalhavam com o TAS, e, portanto, podia dizer que ainda naquele dia assinaram uma declaração de mais uma candidatura de 20 mil euros, para o TAS. Isso eram *“fait-divers”* que o senhor tentava mistificar, dizer que não havia critérios e que isso é que era grande problema. O grande problema não era esse, o grande problema da Cultura era a falta de uma política cultural nacional objetiva, clara, que desse apoio às entidades. Por exemplo, apoios no âmbito do PRR à construção de equipamentos culturais. Onde é que estavam? Tinham instituições naquela sala a assistir àquela reunião. Onde é que estavam os apoios para a criação de infraestruturas? Para ensaios, para a dança, para o Teatro, para as artes? Onde é que estavam? Mal das entidades, que efetivamente em maior ou menor grau, não fossem suportadas por aquilo que era a persistência, a vontade, em primeiro lugar de cada uma das entidades em si e posteriormente.

Se o senhor Vereador quisesse ser rigoroso, já ali afirmou, que no âmbito do plano estratégico para a cultura, já o disse, não valia a pena estar a dizer, como sabia seria apresentado em meados de junho, o processo era conduzido pela Universidade do Minho, estava amplamente participado e que o trariam, agora falar de falta de objetividade.... Quando entrava uma candidatura nos serviços da Câmara Municipal, era analisada com objetividade. Perguntou se achava que quando o TAS apresentava uma candidatura ou qualquer outra entidade ou, naquele caso concreto, quando o TOMA apresentava uma candidatura que não existia objetividade, das despesas que tinha, na análise que se fazia. Era óbvio.

Aquilo que o senhor queria é que estivesse escrito, que fosse explícito, e eles já o disseram, que estariam na linha da frente disponíveis e comprometidos para trazer uma proposta que aclarasse essas questões, que não era mais nem menos aquilo que faziam. Pensavam fazer sentido, que era coerente, que acompanhasse o Plano Estratégico da Cultura, que era um processo que decorria, e onde muitos contributos e questões associadas aos critérios, aos apoios, ao tipo de apoios, às instalações, à criação, à questão dos públicos, e onde também aquela questão concorria e que, portanto, nesse processo para 2023, estar concluído e contribuir para essa situação.

**Sr. Presidente** – Disse que houve um esclarecimento, relativamente às questões colocadas. Da parte deles, que tinham a responsabilidade de acompanhar aquelas entidades que faziam a cultura e que promoviam Setúbal, como dissera o senhor Vereador Pedro Pina, gostavam de ter um orçamento que pudesse contribuir melhor para o desenvolvimento da cultura. Como havia dito o senhor Vereador, naquele orçamento davam um contributo, era sempre pequeno, mas era mais um contributo. Se avaliassem aquilo que tinha sido atribuído no ano anterior, por exemplo.  
Pensava que iam fazendo esse caminho.

O Sr. Presidente submeteu a proposta a votação, tendo a mesma sido aprovada, por unanimidade e em minuta.

**25. Deliberação n.º 558/2023 – Proposta n.º 38/2023 – DCDJ/DICUL – Protocolo entre o Município de Setúbal e a Associação Il Sorpasso para a realização da 16.ª Festa do Cinema Italiano**

O Sr. Vereador Pedro Pina apresentou a proposta, cujos originais ficam anexos à presente ata sob os registos n.ºs 94 a 96, não tendo havido discussão sobre a mesma.

O Sr. Presidente submeteu a proposta a votação, tendo a mesma sido aprovada, por unanimidade e em minuta.

**26. Deliberação n.º 559/2023 – Proposta n.º 39/2023 – DCDJ/DICUL – Protocolo de colaboração com a Associação Cultural Festroia no âmbito do Film Fest – Festival de Cinema Musicado ao Vivo**

O Sr. Vereador Pedro Pina apresentou a proposta, cujos originais ficam anexos à presente ata sob os registos n.ºs 97 a 99, não tendo havido discussão sobre a mesma.

O Sr. Presidente submeteu a proposta a votação, tendo a mesma sido aprovada, por unanimidade e em minuta.

**27. Deliberação n.º 560/2023 – Proposta n.º 40/2023 – DCDJ/DICUL – Apoio pontual Grupo de Teatro Perpetuus – S. F. Perpétua Azeitonense**

O Sr. Vereador Pedro Pina apresentou a proposta, cujo original fica anexo à presente ata sob o registo n.º 100, não tendo havido discussão sobre a mesma.

O Sr. Presidente submeteu a proposta a votação, tendo a mesma sido aprovada, por unanimidade e em minuta.

**28. Deliberação n.º 561/2023 – Proposta n.º 41/2023 – DCDJ/DICUL – Apoio à Associação Portuguesa dos Pais e Amigos do Cidadão Deficiente Mental de Saúde – APPACDM – Marcha honorária - RETIRADA**

O Sr. Vereador Pedro Pina apresentou a proposta, cujo original fica anexo à presente ata sob o registo n.º 101.

**Sr. Vereador Joel Marques** – Disse começar por saudar a APPACDM e o seu trabalho. Naquela intervenção, teria que colocar uma questão e depois faria uma proposta de alteração. A questão prendia-se com as datas de libertação das diversas tranches. Isso porque a tranche de junho, no valor de 1.500 euros, parecia-lhes ser muito em cima do evento e poderia, eventualmente, criar alguma dificuldade em termos de tesouraria, à própria APPACDM, naquilo que era a gestão da sua participação nas marchas populares de Setúbal, com aquela marcha honorária.

Nos termos do Regimento, os vereadores do Partido Socialista propunham a alteração da proposta de apoio de 6.500 euros para 7.000 mil euros.  
Disse que existia valor disponível na rubrica, e, portanto, aquela proposta tinha a devida cabimentação.

**Sr. Vereador Pedro Pina** – Perguntou ao senhor Vereador Joel Marques qual era o critério. Perguntou se o senhor Vereador se lembrava, antes do período do Covid, qual era o valor com que aquela autarquia tinha apoiado a marcha da APPACDM. Se não se lembrava, podia recordar, era 1.500 euros.

(Vozes de fundo)

**Sr. Vereador Pedro Pina** – Disse que aquilo era como se estivessem no bingo: *"mais 500, agora mais 600, mais 700"*. Quem se guiava por outro tipo de lógicas, que nada tinha a ver com critérios, eram os senhores, os critérios eram sempre para determinadas instituições. Porque é que o senhor não perguntou porque é que só apoiaram em 1.000 euros o Festival Internacional de Teatro? Não estava preocupado com os critérios que tinham? Ou porque é que eram só 750 euros para o Amateatro? Ou porque não se preocupou com o valor que apoiaram o Teatro Estúdio Fontenova, e se os critérios estavam justos?  
Disse querer acreditar que se preocupavam com todos. Queria acreditar terem a mesma premissa.

Aquele valor foi um valor que tinha sido negociado, que tinha sido discutido com a entidade. Os senhores chegavam ali e diziam: *"então mais 500 euros"*. Era óbvio que qualquer entidade que estivesse disponível para participar num evento, tudo o que fosse um valor acrescido, as entidades estariam disponíveis. Agora achava que isso era razoável? Porque é que era 500 euros e não eram 1.000 euros? Ou porque é que não eram 2.000 euros? Ou porque não eram 250 euros? Era porque foi à rubrica e tinha visto que era o dinheiro que estava disponível? Achava que isso era forma de fazer política?

Uma coisa era o senhor dizer: *"seria interessante a Câmara poder rever, no futuro, o valor a atribuir"*, agora chegar ali e dizer que era mais 500 euros, também não tinha critério nenhum. Pensava que não tinha critério nenhum, exceto se o senhor dissesse que conhecia bem qual é que era os figurinos da marcha da APPACDM, o dinheiro que iam gastar no material, que já tinha feito a contabilidade e que com mais 500 euros eles conseguiam comprar mais algum adereço. Não conseguia compreender porque era mais 500 euros e não era outra verba qualquer.

Disse - e pensou que não fazia nenhuma inconfidência -, que a marcha da APPACDM, que efetivamente recebia 1.500 euros, tinha sido um processo evolutivo, achava que os orgulhava a todos, orgulhava todos os que participavam nas marchas, mesmo as outras marchas sentiam-se de alguma forma confortáveis, por haver aquela particularidade daquela marcha a participar, a abrir o certame das marchas de Setúbal. Tinha havido uma valorização progressiva e substantiva, discutida com a entidade, nas necessidades da entidade, naquilo que eram as principais preocupações relativamente aos custos que tinham sido colocados e que a Câmara Municipal tinha sentido essa preocupação e foi ao encontro objetivo das necessidades.

Deixou aquela nota, que mais uma vez assistiram àquela incoerência relativamente às propostas e aos valores, quando falavam de coerência, de objetividade.

**Sr. Vereador Joel Marques** – Disse que já tinham percebido que o senhor Vereador Pedro Pina não estava disponível para apoiar em mais 500 euros a APPACDM, mas isso seria algo que quando votassem a proposta de alteração, que iriam mantê-la, o senhor Vereador Pedro Pina teria oportunidade de expressar levantando o seu braço no momento do voto contra.  
Sabiam muito bem que, no mandato anterior, entre 2017 e 2020, os apoios tinham sido iguais todos os anos, e com o apoio dado à APPACDM era de apenas 1.500 euros. E também

sabiam que no ano anterior o apoio atribuído tinha sido 6.500 euros, que era exatamente o mesmo que o senhor Vereador lhes propunha naquele dia. A questão era que nos anos anteriores, nas circunstâncias que todas as associações e que todos viviam, nomeadamente no que dizia respeito às evoluções dos preços e à taxa de inflação, eram absolutamente distintas daquelas que eram atualmente. Os 6.500 euros atribuídos no ano anterior não permitiam, naturalmente, construir a marcha, ou qualquer outra atividade, exatamente nas mesmas condições nos dias atuais. Portanto, tinham sido os senhores que, em novembro, lhes tinham trazido um orçamento com uma determinada cabimentação para aquela rubrica. Entendiam que aquela rubrica deveria esgotar a sua cabimentação.

Portanto, como compreendia, estava a dizer-lhe que quando votassem a proposta referente às marchas populares, que iriam a concurso, iriam também apresentar uma proposta de alteração.

Tinham sido os senhores que tinham definido o montante que deveria ser cabimentado, portanto tinham sido os senhores que tinham definido o valor que o Município estava disponível para investir naquele certame. E se tinham sido os senhores que tinham definido o valor que estava disponível para investir, via com alguma estupefação, com algum espanto, aquela dificuldade em aceitar que houvesse um aumento nas verbas a atribuir, quer na APPACDM quer com as propostas de alteração à proposta dos apoios ao concurso das marchas populares que iriam fazer quando chegasse a votação daquela proposta.

Tinha muitas dúvidas que a APPACDM lhe tivesse dito: "senhor Vereador Pedro Pina, nós só precisamos de 6.500 euros, não precisamos nem de mais um cêntimo para fazer esta iniciativa, e nós não precisamos de nem mais um cêntimo para fazer a marcha, nós só vamos mesmo gastar este valor.", e como tinha muitas dúvidas que a conversa tivesse decorrido naqueles termos, apesar disso, fazendo fé, também, naquilo que eram as suas declarações, de que a verba terá sido negociada com a associação, mas a negociação passava precisamente por isso mesmo, quem ia receber pretender receber mais porque precisava, e quem ia pagar, mesmo podendo pagar mais porque tinha a cabimentação necessária para isso, entender que devia pagar o mesmo que no ano anterior.

lam manter a proposta deles e, portanto, teriam de votar a proposta de alteração.

**Sr. Presidente** – Disse que como dizia o senhor Vereador Pedro Pina, aquilo não era nenhum leilão.

Como muito bem sabia, existia um orçamento, que era aprovado pela Câmara e o senhor Vereador tinha visto no cabimento que havia uma verba disponível, mas o senhor não sabia quais eram os compromissos daquela rubrica que estavam assumidos pela Câmara Municipal e, portanto, não aceitava aquele tipo de comportamento. Era um comportamento completamente irresponsável. Não era a primeira vez que o Partido Socialista fazia aquilo. Não iam naquele tipo de chantagens, porque isso que o senhor vinha ali dizer, que não acreditava que a APPACDM não estivesse disponível para aceitar mais 500 euros, era de facto de um nível de grande irresponsabilidade, de uma entidade, de uma instituição como a Câmara Municipal, da responsabilidade que tinha para com os cidadãos.

Disse que o senhor Vereador podia, devia, se assim o entendesse, apresentar uma proposta e dizer: "senhores Vereadores, nós consideramos que se justificava aqui uma melhor ponderação, no sentido de aumentar a contribuição para esta instituição", naturalmente que, conversando e vendo as razões estariam sempre disponíveis, para considerar essa possibilidade, sempre, agora chegar ali e dizer que não estava de acordo com aquele valor, e que ia apresentar uma proposta para pôr mais 500 euros, era de facto de uma grande irresponsabilidade.

Propôs que se retirasse aquela proposta, e a Câmara Municipal iria avaliar as condições para rever aquele valor.

Portanto, não haveria outra proposta.

(Vozes de fundo)

**Sr. Vereador Fernando Negrão** – Disse que estavam a falar de um apoio à Associação Portuguesa dos Pais e Amigos do Cidadão Deficiente Mental de Saúde e lamentava muito, lamentava profundamente, que tivessem transformado aquela associação exclusivamente num combate político. Não conseguia perceber, como é que aquilo tinha sido possível. Quando tinha ouvido dizer que o Partido Socialista ia fazer uma proposta de aumento de 500 euros, tinha olhado para os dois Vereadores, no meio dos quais estava, para saber se aquilo era verdade ou não.

Estavam a falar da Associação Portuguesa de Pais e Amigos do Cidadão Deficiente Mental de Saúde, não merecia uma discussão daquele nível. E, não merecia estar no centro do combate político por razões que não estava a descortinar, nem ninguém estaria a descortinar. Lamentavam muito aquela discussão que tinha ocorrido ali relativamente àquela associação.

**Sr. Presidente** – Disse que, naturalmente que não estava em causa aquela associação e tendo em conta de que associação se tratava. Mas qualquer outra associação, não estaria contra receber mais 500 euros, mais 1.000 euros, mais 2.000 euros, tendo em conta o potencial de atividade que estaria em causa, não era isso que estava em causa. O que estava em causa eram critérios, avaliações, que eram feitos pelos serviços municipais, na relação que tinham com as instituições, de uma forma ponderada, naturalmente, proporem a atribuição dos apoios, que como já tinha sido dito, e achava que todos reconheciam, seria sempre pouco, nisso estavam todos de acordo. Havia que ser minimamente ponderado. Não era a Câmara Municipal e sobretudo numa reunião de Câmara que se transformava aquele tipo de apoios em leilões. E era isso que estava em causa, não podia aceitar aquele tipo de procedimento.

**Sr. Vereador Pedro Pina** – Quis lembrar que aquela prática do Partido Socialista, não era nova naqueles processos. E, com todo o respeito à bancada, continuavam a querer utilizar o movimento associativo, as instituições, para fazer a política da *“terra queimada”*, querendo cavalgar encontrando responsáveis para os problemas. Ninguém era perfeito e todos cometiam erros, mas havia pessoas que gostavam de utilizar aquela forma.

Relembrou que, quem geria a rubrica dos departamentos era quem geria os departamentos. Não era o senhor Vereador que ia olhar para a rubrica e dizer: *“você ainda têm aí mais 1.000 ou mais 2.000, então se vocês têm mais 2.000, ou mais 3.000, agora faça favor”*, parecia que estavam a dar uma esmola às instituições. Esse era o primeiro aspeto.

Em relação ao segundo aspeto, os senhores podiam concordar, podiam discordar, podiam achar que era muito, podiam achar que era pouco, as instituições umas vezes concordavam mais, outras vezes concordavam menos, às vezes concordavam, outras vezes colocavam reservas, outras vezes assumiam que gostavam que fosse mais, mas era o que era possível.

Não só já tinham definido com as entidades, fosse a APPACDM, fosse com as outras marchas, o valor já tinha sido definido e já tinha sido assumido o compromisso com as entidades, onde a APPACDM também se incluía, a questão de naquele ano, em particular, poder assumir o valor, por exemplo, dos transportes, que coincidentemente tinha uma média aproximada de 500 euros.

Naquele particular caso, onde aquela Câmara tinha tido todo o cuidado, tinha tido uma conversa com a APPACDM, com o Presidente da APPACDM, com as pessoas que acompanhavam a marcha da APPACDM, na valorização, até na forma como se tinha passado a designar a própria marcha da APPACDM, na forma como estavam empenhados a trabalhar com a instituição naquilo e o senhor Vereador chegava ali e dizia: *“mais 500 euros”*, porque estava na rubrica.

Quando se tinha construído e quando se construía, nomeadamente o orçamento para as marchas, tinha de se construir na perceção daquilo que poderia ser o certame, o número de marchas a participar. Mas, também, tinham de ter responsabilidade naquilo que era o processo e naquilo que se podiam comprometer naquele momento e se tenham capacidade de se comprometerem no futuro. Havia uma displicência total, da sua parte, naquela matéria. O senhor era cuidadoso, via os números, e, portanto, aquilo não podia ser daquela forma.

Obviamente que aquele diálogo, no que dizia respeito à APPACDM, tinha sido conversado, tinha sido estabelecido, tinha sido com certeza das melhores decisões que tinham tomado, e achava que havia a concretização da própria instituição, obviamente, sentir-se confortável com aquela verba, não descorando se podia ser mais. O PS chegava ali, olhava para a proposta ia à rubrica e dizia *“mais 500 euros”*.

Aquilo não era forma de fazer política, não era forma de fazer apoio às entidades, aquilo era querer fazer demagogia e populismo daquilo que era o apoio às instituições. E pensava que, independentemente daquilo que os podia separar, que aquilo não contribuía em nada. Mas os senhores vereadores continuavam a insistir naquela prática, que era colocar as instituições contra a autarquia, fazendo-lhes ver qualquer coisa que era um cenário. Naquilo que eram responsabilidades diretas do Partido Socialista: *“aquilo que a gente sabe, é um desconhecimento”*, e, portanto, quando falavam de apoios se calhar valia a pena a APPACDM confrontar o governo daquilo que eram os apoios relativamente às respostas sociais, e àquilo que eram as dificuldades objetivamente sentidas na área da deficiência, essas sim gritantes, e nem 500 euros, nem 1.500 euros, nem 50.000 euros para as respostas que tanto precisavam para fazer fase às suas dificuldades.

**Sr. Vereador Joel Marques** – Disse que ia começar por dizer ao senhor Vereador Fernando Negrão que 500 euros representava um aumento de 7,7% face ao apoio que era proposto. Compreendia que para o senhor Vereador Fernando Negrão 500 euros pudessem ser...

**Sr. Vereador Fernando Negrão** – Disse que não era isso que estava em causa. Disse que fizesse o favor de não o insultar.

**Sr. Vereador Joel Marques** – Disse que estava a fazer a sua intervenção e o senhor poderia responder depois de terminar. Agradeceu que não o interrompesse.

**Sr. Vereador Fernando Negrão** – Disse que não era isso que estava em causa.

**Sr. Vereador Joel Marques** – Disse que tinham, na proposta deles, um aumento de 7,7% face àquilo que era o apoio que era apresentado pelo senhor Vereador Pedro Pina. Estavam a falar de um bolo de 6.500 euros, somando 500 euros estavam a falar de um reforço significativo face àquilo que era a verba que estava inicialmente prevista naquela proposta.

(Vozes de fundo)

**Sr. Vereador Joel Marques** – Perguntou ao senhor Vereador Pedro Pina se poderia concluir a sua intervenção. Disse que tinha ouvido todas as intervenções com toda a atenção e acima de tudo em silêncio. Portanto, gostaria de concluir a sua intervenção e de dizer aquilo que pretendia.

Disse que começava a ser um mau hábito, qualquer proposta que fosse apresentada pelos vereadores do Partido Socialista ser rotulada de irresponsável. Curiosamente, depois algumas dessas propostas eram recuperadas pela CDU, eram recuperadas pelo senhor Presidente, pelos senhores vereadores, mas nesse momento eram propostas absolutamente válidas, maravilhosas, lindas e de irresponsáveis não tinham absolutamente nada.

Disse que os valores que constavam no orçamento, para as marchas populares de Setúbal, eram 135.175 euros, desses 100 mil euros estavam alocados à rubrica, onde se enquadrava o cabimento daquela proposta de apoio. As propostas que os senhores, naquele dia, lhes traziam totalizavam 90.500 euros em apoios para as marchas. Eram 6.500 euros para a APPACDM e eram 14.000 euros para cada uma das outras marchas, que eram as marchas que iriam a concurso, eram exatamente os mesmos valores que lhes tinham trazido no ano anterior.

Aquilo que entendiam - e disse que ia continuar a insistir naquele ponto -, era que havendo verba disponível, cabimentação disponível, havendo uma circunstância no ano corrente que

era completamente diferente daquilo que tinha sido nos outros anos, que era o aumento dos custos que as diversas instituições, coletividades e também a APPACDM teriam, para construir as suas marchas e para poderem desfilarem com toda a dignidade, honrando aquilo que era o seu trabalho, honrando também a cidade de Setúbal, entendiam que os valores propostos eram valores insuficientes. E como entendiam que os valores propostos eram valores insuficientes, como entendiam que existia margem na rubrica, onde aquelas verbas tinham a sua cabimentação, existia margem para que esses apoios pudessem ser aumentados.

Relativamente à proposta que estavam naquele momento a discutir, que era o apoio à marcha honorária da APPACDM, propunham um aumento de 7,7% face à verba que lhes era trazida. Ou seja, um aumento de 500 euros, passando essa verba a ser de 7.000 euros em vez dos 6.500 euros.

Essa era a proposta que tinham, se o senhor Presidente entendesse retirar a proposta, retirava a proposta e traria depois com o valor que entendesse, se o senhor Presidente entendesse levar a proposta a votação, tinham uma proposta de alteração que era um aumento de 500 euros.

Fez uma referência àquilo que tinha sido a intervenção do senhor Vereador Pedro Pina, que lhe parecia relevante. O senhor Vereador Pedro Pina disse que a Câmara naquele ano iria assumir os transportes, mas tanto quanto julgava saber, o senhor Vereador Pedro Pina corrigi-lo-ia se estivesse enganado, os transportes eram uma responsabilidade do município que estava vertida no próprio regulamento.

**Sr. Presidente** – Disse que não aceitava que se transformasse uma reunião da Câmara numa sessão de leilões. E tinha sido o que o senhor tinha feito. Portanto, não aceitava isso. Não era porque o senhor chegava ali e dizia que: *“eu acho que não é 6, passa a ser 7”*, as coisas não funcionavam assim.

O senhor Vereador podia dizer que era necessário, os custos tinham aumentado, etc., mas que comparasse os valores propostos naquele ano, com os valores que tinham sido apresentados no ano anterior, por exemplo. Tinha arranjado uns 7,7% de aumento.

Do seu ponto de vista isso não fazia sentido nenhum. Portanto, não aceitava esse tipo de comportamentos, ali em reunião da Câmara.

(Vozes de fundo)

**Sr. Vereador Pedro Pina** – Disse que aquilo era de facto mais grave, tinha de recuperar a frase do Vereador Fernando Negrão, como é que se utilizava a questão do apoio à instituição para chegar onde queria. Andavam ali todos há bastante tempo.

Tinha feito um exercício e tinha percebido, aquela intervenção final do senhor Presidente tinha-lhe aclarado que o senhor Vereador queria chegar através da APPACDM aos apoios a todas as marchas. Tinha utilizado a APPACDM. Já que fazia tão bem contas, visse qual tinha sido o apoio, a diferença de 1.500 euros para 6.500 euros. Perguntou se achava que mesmo assim com aquela transformação ainda não era suficiente, mas depois era incapaz, como em tudo o resto, de apresentar um argumento que não fosse: *“bom, as coisas estão efetivamente mais caras, há custos”*, mas porque é que era 500 euros? Porque é que o senhor conseguia quantificar 500 euros? Não conseguia. Mas o senhor Vereador não era rigoroso, quando falava que as marchas não tinham sido aumentadas. No ano anterior, quando se tinha construído o orçamento para as marchas e quando se tinha discutido o valor para as marchas, tinha havido uma circunstância que tinha sido o número de marchas a concurso, e exatamente por haver menos marchas do que aquilo que era o número possível de participação, tinha-se entendido que se iria aumentar o valor, sendo que esse valor ficaria comprometido para o ano seguinte. Como sabia, o valor da última edição das marchas, antes do Covid, era bastante inferior àquele, eram 12.500 euros. E, portanto, no ano anterior, quando tinha sido feito as marchas, tinham dito que com 12.500 euros teriam muita dificuldade em fazer, então disseram que iam aumentar o apoio. Mas atenção porque de ano

para ano tinham de fazer orçamento e, também, a questão da responsabilidade era perceber como é que cresciam, não sabiam como é que iria ser a evolução da crise económica, as dificuldades que iriam atravessar, não sabiam, portanto, quando estavam a assumir o aumento do valor por marcha, tinham que perceber que se tivessem o número de marchas possível no regulamento no ano seguinte, como é que iriam cumprir essa responsabilidade. Isso era ter responsabilidade. Porque podia achar imensa graça dar 30.000 euros a cada marcha, porque naquele ano eram 6 marchas e depois para o ano seguinte? E se tivessem 12 marchas, se, entretanto, alterasse o regulamento e fossem 12 marchas? Ou se fossem 20 marchas? Tinham de ter algum critério. E o que tinha sido estabelecido tinha sido exatamente isso. No ano anterior tinham aumentado o valor com o compromisso daquele ano manterem esse valor, sendo que tinham crescido mais no número de marchas, mais uma marcha. Na reunião já tida naquele ano, há cerca de um mês, com as marchas, as marchas com certeza que diziam sempre: *“bom e tal, vamos ver a dificuldade”*, e tinha-se colocado a questão dos transportes das estruturas das marchas e a Câmara Municipal tinha aceitado e tinha decidido assumir essa responsabilidade com as marchas.

Utilizar a APPACDM, que tinha passado de um apoio de 1.500 euros para 6.500 euros, e que se considerava satisfeita com aquele apoio, e querer utilizar isso para chegar ao seu propósito que eram as marchas, sem critério, sem conseguir demonstrar quais é que eram os valores, só por dizer quer achava que ia ao encontro, e porque as marchas, eventualmente, iam ficar muito contentes com a proposta do Partido Socialista, mas sem responsabilidade.

Havia outra questão, debatiam-se com um problema, que ainda não estava totalmente definido, relativamente à realização do segundo momento das marchas. Era sabido, as marchas tinham tido já vários espaços, desde o Estádio do Bonfim, passando nos últimos anos na Praça de Touros Carlos Relvas e no ano anterior com a realização no Pavilhão das Manteigadas. No corrente ano, considerando que podia ser um cenário, ainda não tinham fechado esse processo, e, portanto, também a gestão financeira, o movimento das rubricas era da responsabilidade da Câmara, não era o senhor que chegava ali e dizia: *“bem, eu olhei para a rubrica, estão aqui 500 euros, como estão aqui 500 vai para a APPACDM, ainda sobra aqui estas porque eu estive a fazer contas”*. Isso era uma falta de responsabilidade da parte do senhor Vereador, o senhor até era da área financeira. O senhor tinha perguntado se a Câmara tinha pensado se houvesse uma folga o que é que estava a pensar fazer com esse dinheiro? E se isso tinha algum propósito, havendo ali algum valor? O senhor nem sequer questionava sobre isso. E não era o senhor que determinava isso na gestão, felizmente. Quem determinava isso era o executivo municipal. O senhor tinha chegado ali e tinha-se lembrado daquilo, 500 euros. Utilizou a instituição APPACDM, com quem tinham estabelecido aquele valor, com quem tinham dialogado, com quem tinham concretizado aquela proposta para chegar a um outro propósito, era lamentável.

**Sr. Vereador Joel Marques** – Disse que aquela questão surgiu na proposta de apoio à marcha da APPACDM, porque na Ordem de Trabalhos era aquela que vinha antes das outras. Se a ordem fosse inversa, a proposta deles seria a mesma e, portanto, essa era uma falsa questão. Sabia que o senhor Vereador Pedro Pina gostava de fazer aquelas leituras, que diria serem exacerbadas, mas isso era absolutamente uma falsa questão.

Estavam ali para decidir, era uma decisão política e na decisão política, naquele órgão colegial, o seu voto valia tanto como o dele. E como o seu voto valia tanto como o dele, e tinham exatamente o mesmo nível de responsabilidade, podia fazer até mesmo nos termos do regimento, as propostas de alteração às propostas que o senhor ali trazia-lhes, ou qualquer outro Vereador, tecendo as considerações que entendia que fossem adequadas e justas, e fazendo as propostas que entendia que fossem adequadas e justas.

Recordou o senhor Vereador Pedro Pina, que ainda há pouco votaram a 1.ª Alteração Permutativa ao Orçamento da Despesa, 1.ª ao Plano de Atividades e 1.ª ao Plano Plurianual de Investimentos, naquele mandato já tinham analisado também outras alterações ao orçamento. Em nenhuma delas foi alterada a cabimentação destinada às marchas populares. Se o senhor Vereador entendia e se o executivo que integrava entendia que a verba a

distribuir, a atribuir às diversas entidades que participavam naquele certame estava bem limitada aos 90.500 euros que lhes traziam de propostas, poderiam ter retirado verba daquela rubrica, não o fizeram. E como não o fizeram, caía por terra o seu argumento de que: *“bom, eventualmente o Município poderia aqui ter um destino diferente para dar aos 9.500 euros de diferença”*, entre aquilo que era o valor que constava na rubrica, e aquilo que eram os valores que os senhores, naquele dia, traziam de propostas.

Lamentava, mas não o fizeram. E, como não o fizeram, continuava a haver cabimentação suficiente para integrar as propostas que o Partido Socialista ia apresentar. Quer aquela proposta relativa à marcha honorária da APPACDM, quer as propostas que iriam fazer quando fossem discutir o concurso das marchas populares de Setúbal de 2023.

**Sr. Presidente** – Disse que se o senhor Vereador Joel Marques insistia naquele tipo de coisas, aquelas duas propostas seriam retiradas. Era isso que ia acontecer, porque não aceitava isso numa reunião da Câmara, porque o trabalho com as marchas populares era um trabalho que decorria de um ano para o outro, ao longo de um ano, de uma relação dos serviços com a vereação. E o senhor chegava ali e dizia: *“para esta marcha da APPACDM, mais 500 euros”*, e estava-se a preparar para dizer: *“para as outras marchas mais, não sei quanto”*. Aquilo não era um leilão. Aquilo era uma gestão rigorosa, um controlo no sentido de terem marchas populares com dignidade, e tudo isso era feito com muitos meses de trabalho, não era um Vereador que chegava ali, levantava o papel e dizia: *“eu quero mais isto e mais aquilo”*. Isso não acontecia na Câmara Municipal enquanto fosse Presidente da Câmara, poderia ter a certeza disso.

Portanto, aquela proposta era retirada. Quando chegassem às seguintes iam ver.

**Sr. Vereador Pedro Pina** – Disse que a retirada daquelas propostas tinha implicações objetivas no procedimento de pagamento.

**Sr. Presidente** – Disse que assumiam as responsabilidades deles e que cada um assumia as suas.

**Sr. Vereador Joel Marques** – Disse que para que ficasse claro, o senhor Presidente preferia retirar a proposta do que colocar a votação uma proposta de alteração apresentada de acordo com aquilo que era o regimento em vigor na Câmara Municipal de Setúbal. Para que ficasse claro.

Disse que não estavam a fazer leilões, para fazer um leilão o senhor teria que oferecer mais. Não estavam ali a fazer leilões, nem estavam a utilizar instituições para fazer política. Lamentavelmente parecia querer ser esse o intuito da CDU.

Disse que era a primeira vez que via um Presidente da Câmara a optar por retirar uma proposta e não levar a votação uma proposta de alteração, apresentada por um Vereador da oposição em cumprimento estrito daquilo que constava do regimento daquela Câmara Municipal, que o senhor ali tinha votado favoravelmente. Era a primeira vez que via o Presidente de uma Câmara Municipal preferir retirar uma proposta a colocar a votação uma proposta de alteração, porque essa proposta era apresentada por um Vereador da oposição e, portanto, para que ficasse claro, tinha sido isso que naquele dia tinha acontecido.

**Sr. Presidente** – Disse que já tinha referido que não aceitava que um trabalho que se tinha desenvolvido ao longo de meses fosse colocado em causa por meros objetivos político-eleitorais. Isso não aceitava, numa reunião da Câmara e, portanto, cada um assumia as suas responsabilidades perante aquele ponto. O senhor insistia naquela posição.

O que tinha dito era que poderia tirar a proposta e reconsiderar, ponderar as questões que colocava. Agora o senhor chegava ali e dizia: *“eu ofereço mais 500 euros”*. Não aceitava isso numa Câmara Municipal dirigida por si. Portanto, que isso ficasse claro, cada um assumia as suas responsabilidades políticas.

A proposta foi retirada.

**29. Deliberação n.º 562/2023 – Proposta n.º 42/2023 – DCDJ/DICUL – Emissão de parecer para atribuição do Estatuto de Utilidade Pública Associação Setúbal Voz – Entidade sem fins lucrativos**

O Sr. Vereador Pedro Pina leu a proposta, cujos originais ficam anexos à presente ata sob os registos n.ºs 102 a 105, não tendo havido discussão sobre a mesma.

O Sr. Presidente submeteu a proposta a votação, tendo a mesma sido aprovada, por unanimidade e em minuta.

**30. Deliberação n.º 563/2023 – Proposta n.º 43/2023 – DCDJ/DICUL – Protocolo de colaboração entre o Município de Setúbal e a Associação Setúbal Voz - RETIRADA**

O Sr. Vereador Pedro Pina apresentou a proposta, cujos originais ficam anexos à presente ata sob os registos n.ºs 106 a 108.

**Sr. Vereador Joel Marques** – Disse que relativamente à objetividade da matriz de apoio, já tinham tido oportunidade de fazer a intervenção e, portanto, pensava que essa discussão já estava feita.

A Associação Setúbal Voz tinha um percurso que era absolutamente singular no panorama cultural setubalense, e um plano de atividades muitíssimo relevante. Aliás, a Associação Setúbal voz foi uma das associações culturais, um dos agentes culturais do concelho que lhes fez chegar o seu plano de atividades.

Era uma associação que devolvia à comunidade muito mais do que aquilo que recebia.

Entendiam que o apoio que era proposto era manifestamente insuficiente, face ao plano de atividades e às necessidades da Associação Setúbal Voz, até mesmo face à necessidade de internacionalizar a sua atividade, o que lhe permitiria concorrer a outro tipo de apoios.

Nesse sentido, e em cumprimento daquilo que era o regimento daquela Câmara Municipal, os Vereadores do Partido Socialista propunham a alteração da proposta de apoio de 15.000 euros para 30.000 euros.

**Sr. Presidente** – Disse que naturalmente se não houvesse intervenções, não aceitavam aquela proposta e iriam retirá-la.

Não podiam aceitar porque a responsabilidade da gestão financeira da Câmara Municipal não era feita em leilão, com todo o respeito que as instituições mereciam. Achava que todas as instituições que se relacionavam com aquele executivo municipal sabiam do respeito que tinham pelo trabalho que faziam e, em particular, aquela. E, por isso, não aceitavam que se fizesse em hasta pública, quando havia um relacionamento estreito com aquelas instituições. Não aceitava isso, portanto se não houvesse mais intervenções retirava aquela proposta.

**Sr. Vereador Joel Marques** – Disse que mais uma vez, tal como aconteceu há pouco, a sua intervenção começava a denotar alguma falta de sentido democrático.

Tinham um regimento que tinha sido aprovado e que tinha sido aprovado também com o voto do senhor Presidente. Fizeram uma proposta de alteração conforme o regimento e o senhor Presidente não queria que essa proposta de alteração fosse votada, e entendia retirar a proposta, e retirando a proposta não atribuir momentaneamente o apoio à associação. Era uma decisão que era exclusivamente sua, mas que ficasse bem claro, que o senhor Presidente, pela segunda vez naquela reunião, preferiu retirar propostas e não atribuir apoios

do que levar a votação propostas de alteração de acordo com aquilo que era o regimento daquela Câmara Municipal.

**Sr. Presidente** – Disse que o senhor Vereador podia propor 30.000 euros para aquela entidade que tinha o reconhecimento de todos. Podia propor 30.000, 50.000, 500.000 euros, mas quem fazia a gestão financeira da Câmara Municipal deveria ser responsável. A atitude que o senhor Vereador teve naquele dia - não era a primeira vez -, não era de um partido que representava, de um partido responsável, naquilo que era a responsabilidade da gestão financeira equilibrada, que tantas vezes falou, e que, naturalmente, aproveitava o uso daquelas instituições para fazer aquilo que tantas vezes afirmou da necessidade de garantirem o equilíbrio das contas daquela Câmara Municipal, para não voltar a cair naquilo que o Partido Socialista deixou, quando tomaram o poder naquela Câmara Municipal em 2002.

Não queriam que voltasse para trás. Era isso que estava em causa.

**Sr. Vereador Joel Marques** – Disse registarem o nível de responsabilidade que o senhor Presidente ali trazia, retirando uma proposta de apoio, para não levar a votação uma proposta de alteração. Mas, registavam também que começava a ser sistemática essa dificuldade em gerir, e a aceitar aquilo que eram as propostas que a oposição trazia. Aquele era o local em que tomavam as decisões políticas, era ali em tomavam a decisão de aprovar, não aprovar, ou fazer alterações às propostas que lhes eram apresentadas. Portanto, era naquele local que traziam as propostas. Era naquele local e àquela Câmara, que traziam as propostas que entendiam justas, adequadas e que cumpriam aquilo que eram os requisitos legais, nomeadamente, atendendo aquilo que era a verba disponível naquela rubrica, e atendendo também àquilo que era o regimento que estava em vigor.

**Sr. Vereador Pedro Pina** – Disse perceber que se aproximavam, em grande velocidade, do Dia Mundial do Teatro, a sátira, a comédia, faziam parte dos vários estilos teatro. Valia a pena recuperar aquilo que era a intervenção, por exemplo, da bancada do Partido Socialista a propósito dos apoios. Havia ali qualquer coisa que o fazia espantar. Quais eram os critérios estabelecidos pelos senhores para, naquele dia, proporem aumentos para aquelas instituições? E na última reunião para as instituições todas que trouxeram ali, os senhores estavam satisfeitos com os apoios? Qual era o critério? Naquele dia tinham-se lembrado que para aquelas duas entidades, um evento e uma entidade, os senhores consideravam deverem apoiar, e nas outras não decidiram porquê? E não propuseram porquê?

Era mais curioso, porque naquela bancada do Partido Socialista, havia um Vereador, que sistematicamente tentava comparar um apoio à Associação Setúbal Voz, nunca referindo a Associação Setúbal Voz, percebendo todos que falavam da Associação Setúbal Voz, mas que nunca queria referir o nome da Associação Setúbal Voz, e quando falavam do apoio ao Coral Luísa Todi, fazia sempre a mesma afirmação, estava disponível para quem quisesse ver: *“nós não entendemos porque é que uma instituição que faz o mesmo que outras instituições na cidade tem um valor tão diferenciado”*, então, por que é que os senhores não propuseram 30.000 euros para o Coral Luísa Todi? Onde é que estavam os critérios? Onde é que estava a coerência? Ou era só por estarem ali os dirigentes do Coro Setúbal Voz sentados? Seria por isso? Ou seria para o senhor no dia seguinte por um *“post”* no *“Instagram”* a dizer: *“apoio reprovado da CDU ao movimento associativo”*, e as pessoas se calhar iam ver: *“que malandros, estes tipos da CDU, são uns malandros, e eventualmente, ou não, com a cumplicidade do PSD não querem apoiar o movimento associativo, que malandragem”*. O senhor Vereador contradizia-se.

Naquele dia, independentemente de todas as condicionantes que iria colocar às instituições, causada pelos senhores, dissesse o senhor Vereador o que quisesse, visse manifestar a legalidade da sua proposição, os problemas que os senhores colocaram às entidades, e aos protagonistas de muitos daqueles eventos, eram os senhores da forma como o faziam, mas achava que por um lado, naquele dia, clarificavam-se as águas, da forma como os senhores

queriam trabalhar. Não estavam preocupados em apoiar mais ou em apoiar menos, os senhores queriam fazer populismo e demagogia sem critério e sem rigor. Questionou porque é que não traziam uma proposta coerente relativamente aos apoios que eram dados? Não tinham nenhuma proposta, era avulso. Naquele dia tinham se lembrado daquela, na semana anterior só se lembraram de uma, para a próxima semana, provavelmente, se viesse mais algum apoio, lembrar-se-iam de outra. Mas qual é que era o critério? E eram 30.000 euros porquê senhor Vereador? Qual era o critério para ser 30.000 euros? Porque é que não eram 50.000 euros? Que explicasse porque é que não era 50.000 euros? Disse estar à espera, porque o senhor era tão rigoroso, tão objetivo que dissesse assim: *“bom, nós vamos propor 15.000 euros porque consideramos, avaliamos o programa, e para esta, e para esta, e para esta atividade achamos que são mais 15.000 euros”*, mas onde é que se baseava? E onde é que se baseava, em comparação com as outras instituições, na diferença da percentagem? Onde é que estava a coerência?

Pedi desculpa de frisar a presença de dirigentes do Coro Setúbal Voz, para além do público, obviamente, com todo o respeito, também era sempre bom, e mais uma vez relevante, que aqueles protocolos que traziam ali, como acontecia também na área do desporto, eram protocolos que decorriam objetivamente da atividade que estava inscrita, como sabiam os dirigentes da associação, o diretor artístico, e as mais diferentes pessoas que estavam envolvidas, aquela era apenas uma parcela da colaboração que tinham com o Coro Setúbal Voz, uma pequena parcela. E até nisso era irresponsabilidade, porque tinham um conjunto de projetos a desenvolver, desde um festival de música lírica, em que trabalhavam para se realizar, proposta do senhor Presidente a concretizar e aceite pela direção do Coro Setúbal Voz. Trabalhavam em outros projetos, diretamente com o Coro Setúbal Voz, e, portanto, aquilo era apenas uma parcela. O somatório dos valores que davam ao Coro Setúbal Voz, seria muito superior a 30.000 euros, no final do ano de 2023. Já não referindo, porque decorria do trabalho, mas que se devia quantificar também na boa gestão, a utilização das instalações.

Portanto, era demonstrativo da política do Partido Socialista, naquele dia caiu o pano, ficou bem demonstrado como os senhores Vereadores queriam, não havia critério, era avulso, era em função das circunstâncias, ou de alguma circunstância que entendessem que isso poderia permitir qualquer coisa que pensaram. Se isso era a sua forma de fazer política, Setúbal naquele dia ficou a perceber estarem muito mal governados com a gestão do Partido Socialista e com a forma de fazer política cultural do Partido Socialista. Não tinha a ver com divergência, de pensarem diferente, não tinha a ver de as pessoas pensarem que se fazia bem uma coisa, que se fazia mal outra, que havia coisas que poderiam fazer de maneira diferente, que poderiam melhorar, estavam disponíveis para isso, assumir os erros, assumir que havia uma associação que se calhar pelo seu trabalho poderia melhorar, lá estariam para isso, para discutir em democracia. O que o senhor Vereador, naquele dia, fez ali foi a prova demonstrada de um populismo bacoco de fazer política cultural na cidade, sustentada na política da “terra queimada”, pondo as instituições contra a Câmara Municipal, que em nada prestigiava, nem o movimento associativo, nem a política cultural, sem critério, sem rigor, sem objetividade.

**Sr. Vereador Joel Marques** – Disse que falta de critério sabiam que o senhor Vereador Pedro Pina percebia, porque tinha sido essa a marca das propostas que lhes eram trazidas, no seu critério, pelo menos, não era claro.

Estava efetivamente espantado com a chamada à noção daquilo que era a responsabilidade na gestão das contas públicas de alguém que chamava investimento ao pagamento de dívidas, como foi o caso daquele executivo. No ano anterior, pagaram doze milhões e quinhentos mil euros de dívidas e tinham chamado investimento.

Portanto, relativamente àquilo que era a qualidade da gestão....

(Vozes de fundo)

**Sr. Presidente** – Disse que não valia a pena baralhar as coisas. O que o senhor tinha feito era de uma grande irresponsabilidade política. Sabia isso e estava a tentar desviar o assunto. Desse assunto poderiam tratar a seguir, mas primeiro tratavam daqueles assuntos dos apoios às nossas associações. Primeiro tratavam daquele assunto, depois tratariam dessa parte, porque também era interessante. Naturalmente não aceitava que desviasse os assuntos. Era sobre aquilo que estavam a tratar.

**Sr. Vereador Joel Marques** – Disse que efetivamente no que dizia respeito à qualidade da gestão das contas do Município sabiam muito bem aquilo que ela era e o que tem sido ao longo dos últimos 21 anos.

O que resultava da intervenção do senhor Vereador Pedro Pina era a necessidade de justificar algo, que lhes parecia injustificável, que era a não aceitação da proposta do Partido Socialista do aumento do apoio à Associação Setúbal Voz. Fizeram aquela proposta tendo por base aquilo que era o Plano de Atividades que lhes era apresentado, aquilo que eram as diversas valências da Associação Setúbal Voz, aquilo que era a necessidade que a Associação Setúbal Voz tinha de crescer. Um crescimento ao qual lamentava, enquanto setubalense, mas a cidade e o concelho tinham cada vez menos capacidade para permitir que acontecesse, e a necessidade de internacionalização de que a Associação também tinha e que lhe permitiria, naturalmente, poder depois almejar e candidatar-se a outro tipo de apoios.

A verdade é que independentemente de estarem ali os dirigentes da Associação, não fizeram a proposta por isso, aliás, esses números de malabarismo e de artes circenses, poderiam ser bastante utilizados por outros, não por eles, nunca o fizeram, nem era essa a forma de estarem na atividade política.

A verdade era que o senhor Vereador Pedro Pina ainda não tinha conseguido justificar o porquê de não querer aceitar a proposta de aumento de verba que o Partido Socialista apresentava. Já tinha percebido que o senhor Presidente entendia que qualquer proposta de alteração que viesse da oposição era a condição “*sine qua non*”, para a proposta ser retirada e para que a proposta de alteração não fosse votada, como deveria ser de acordo com aquilo que era o regimento.

**Sr. Presidente** – Disse que não conseguia lá chegar por ali.

Disse que, naquele dia, o senhor Vereador Joel Marques tinha cometido um erro grave, e achava que ia pagar politicamente por isso, porque tinha sido de uma grande irresponsabilidade aquilo que tinha feito, naquele dia. E ia ter consequências.

Os setubalenses e os azeitonenses sabiam avaliar quando as pessoas não tinham bases.

**Sr. Vereador Joel Marques** – Disse que as responsabilidades e as consequências políticas cada um assumiria as suas.

**Sr. Presidente** – Disse que era de qualquer forma, era propor dinheiro para as associações para as coletividades, era essa a forma que o Partido Socialista estava a pensar que justificava o apoio das populações e dessas associações para poder ganhar as próximas eleições autárquicas.

**Sr. Vereador Joel Marques** – Disse que cada um assumiria as suas responsabilidades.

**Sr. Presidente** – Disse que era preciso ser responsável, ter responsabilidade.

**Sr. Vereador Joel Marques** – Disse que assumiam com toda a responsabilidade as propostas que apresentavam e o senhor Presidente assumiria com toda a responsabilidade a retirada das propostas por não querer levar a votação uma proposta de alteração dos vereadores da oposição.



**Sr. Presidente** – Disse que cada um assumia as suas responsabilidades.

**Sr. Vereador Fernando Negrão** – Disse que tinham regras de funcionamento, tinham tempos para intervenções.

Disse que eram quase 20 horas, havia pessoas, havia o público que queria intervir para resolver os seus problemas e estava a assistir àquela discussão. Já tinha chegado a um ponto que já ninguém entendia nada. Ele próprio já tinha desligado porque não conseguia perceber o que se podia dizer mais.

Fez aquele apelo ao senhor Presidente, no sentido de darem andamento aos trabalhos, para ouvirem as pessoas, o público que estava ali para falar.

**Sr. Presidente** – Agradeceu e disse que avançariam.

**Sr. Vereador Pedro Pina** – Disse que o senhor Vereador Joel Marques uma vez mais demonstrava o desconhecimento da forma do apoio ao movimento associativo e falava em critérios. Porque já tinha sido demonstrado e explicado várias vezes que eram várias e diferentes as formas de apoiar o movimento associativo e as instituições. E, portanto, aquele apoio limitava-se à criação artística e àquilo que era a sua atividade. Tinham sido várias e diferentes as vezes em que a Câmara Municipal, sem prejuízo do apoio que dirigia para a atividade artística ou para a atividade desportiva, apoiava para deslocações, saídas ao estrangeiro, que eram feitos através de apoios pontuais que eram realizados. Acontecia isso todos os anos, mas o senhor Vereador Joel Marques continuava a insistir na “*vaca fria*”. O senhor Vereador não tinha conseguido responder a uma questão, tinha passado o tempo a bater na mesma tecla e não conseguia responder a uma questão. Não tinha apresentado critérios e tinham todos ficado a saber que os senhores Vereadores só não estavam em acordo com o apoio ao Coral Luísa Todi, ao Coro Setúbal Voz e às marchas, porque todos os outros que tinham apoiado até aquele momento estavam de acordo, considerando que tinham apresentado nenhuma proposta de alteração. Ficavam gratos por essa informação.

A proposta foi retirada.

### **31. Deliberação n.º 564/2023 – Proposta n.º 44/2023 – DCDJ/DICUL – Protocolo de colaboração entre o Município de Setúbal e a Academia de Dança Contemporânea de Setúbal**

O Sr. Vereador Pedro Pina leu a proposta, cujos originais ficam anexos à presente ata sob os registos n.ºs 109 a 111.

**Sr. Vereador Pedro Pina** – Questionou se não havia nenhuma proposta de alteração do apoio.

**Sr. Vereador Joel Marques** – Recordou que em 2021 tinham apresentado uma proposta de integração no orçamento para 2022 no valor de 24.000 euros, para a Academia de Dança Contemporânea, proposta que, como o senhor Vereador Pedro Pina certamente se recordaria, não tinha sido aceite.

(Vozes de fundo)

**Sr. Vereador Joel Marques** – Disse que sabiam de que forma é que o senhor Vereador entendia aquilo que eram as propostas da oposição, relativamente àqueles temas.

O Sr. Presidente submeteu a proposta a votação, tendo a mesma sido aprovada, por unanimidade e em minuta.

**32. Deliberação n.º 565/2023 – Proposta n.º 45/2023 – DCDJ/DICUL – Protocolo de colaboração entre o Município de Setúbal e a Associação de Setúbal de Dança Desportiva (ASDD)**

O Sr. Vereador Pedro Pina leu a proposta, cujos originais ficam anexos à presente ata sob os registos n.ºs 112 a 114, não tendo havido discussão sobre a mesma.

O Sr. Presidente submeteu a proposta a votação, tendo a mesma sido aprovada, por unanimidade e em minuta.

**33. Deliberação n.º 566/2023 – Proposta n.º 46/2023 – DCDJ/DICUL – Apoio ao CVA Coletivo de Valorização Artística, Associação – Exposições de artes plásticas**

O Sr. Vereador Pedro Pina leu a proposta, cujos originais ficam anexos à presente ata sob os registos n.ºs 115 e 116, não tendo havido discussão sobre a mesma.

O Sr. Presidente submeteu a proposta a votação, tendo a mesma sido aprovada, por unanimidade e em minuta.

**34. Deliberação n.º 567/2023 – Proposta n.º 47/2023 – DCDJ/DICUL – Apoio financeiro – União Desportiva e Recreativa das Pontes (Grupo de Sevilhanas)**

O Sr. Vereador Pedro Pina leu a proposta, cujos originais ficam anexos à presente ata sob os registos n.ºs 117 e 118, não tendo havido discussão sobre a mesma.

O Sr. Presidente submeteu a proposta a votação, tendo a mesma sido aprovada, por unanimidade e em minuta.

**35. Deliberação n.º 568/2023 – Proposta n.º 48/2023 – DCDJ/DICUL – Concurso das Marchas Populares de Setúbal 2023 - RETIRADA**

O Sr. Vereador Pedro Pina leu a proposta, cujo original fica anexo à presente ata sob o registo n.º 119.

**Sr. Vereador Joel Marques** – Colocou duas questões.

A primeira relativamente à tranche inicial, que na proposta era uma tranche de 2 mil euros a pagar no final de março, sendo que apenas no final de abril haveria uma tranche de maior volume, de 5 mil euros. No final de abril estavam a pouco mais de um mês das marchas saírem à rua e, portanto, esse pagamento de maior dimensão, apenas no final do mês de abril, poderia criar dificuldades de tesouraria às coletividades, na medida em que poderiam não ter tesouraria suficiente para avançar com a compra de materiais e para prepararem a sua marcha devidamente.

No que dizia respeito às tranches, a última tranche estava definida para o final do mês de junho. A última saída das marchas era no dia 24 de junho e, portanto, esse final do mês de junho era suficientemente vago para o pagamento poder ser feito já depois das coletividades terem saído e, portanto, mais uma vez, a questão das dificuldades de tesouraria que as coletividades teriam que enfrentar por terem que ter a marcha pronta sem terem ainda recebido o valor total do apoio.

Exatamente da mesma forma, que fizeram anteriormente, nos termos do regimento, propunham uma alteração daquela proposta de apoio de 14.000 euros para 15.500 euros a cada uma das coletividades que participariam no concurso das marchas populares de Setúbal.

**Sr. Presidente** – Disse que não aceitava essa proposta e, portanto, retirava aquela proposta.

A proposta foi retirada.

**36. Deliberação n.º 569/2023 – Proposta n.º 49/2023 – DCDJ/DICUL – Protocolo de Colaboração entre o Município de Setúbal e as Bandas Filarmónicas: Sociedade Filarmónica Perpétua Azeitonense, Sociedade Filarmónica Providência e Sociedade Musical Capricho Setubalense**

O Sr. Vereador Pedro Pina leu a proposta, cujos originais ficam anexos à presente ata sob os registos n.ºs 120 a 126, não tendo havido discussão sobre a mesma.

O Sr. Presidente submeteu a proposta a votação, tendo a mesma sido aprovada, por unanimidade e em minuta.

**37. Deliberação n.º 570/2023 – Proposta n.º 50/2023 – DCDJ/DICUL – 3.ª edição - Bolsas de Criação Artística – Normas de participação**

O Sr. Vereador Pedro Pina leu a proposta, cujos originais ficam anexos à presente ata sob os registos n.ºs 127 e 128, não tendo havido discussão sobre a mesma.

O Sr. Presidente submeteu a proposta a votação, tendo a mesma sido aprovada, por unanimidade e em minuta.

**38. Deliberação n.º 571/2023 – Proposta n.º 51/2023 – DCDJ/DICUL – Isenção de taxas de cedência em equipamentos culturais municipais**

O Sr. Vereador Pedro Pina leu a proposta, cujo original fica anexo à presente ata sob o registo n.º 129, não tendo havido discussão sobre a mesma.

O Sr. Presidente submeteu a proposta a votação, tendo a mesma sido aprovada, por unanimidade e em minuta.

**39. Deliberação n.º 572/2023 – Proposta n.º 52/2023 – DCDJ/DISOC – Protocolos de Cooperação com a Associação Cristã da Mocidade – Setúbal, para as medidas de Rendimento Social de Inserção e Atendimento e Acompanhamento Social**

O Sr. Vereador Pedro Pina leu a proposta, cujos originais ficam anexos à presente ata sob os registos n.ºs 130 a 132.

**Sr. Vereador Pedro Pina** – Disse que colocava à consideração dos senhores vereadores, se não vissem inconveniente, considerando o âmbito das propostas que tinha para apresentar, se poderia fazer uma apresentação das respetivas propostas, que fossem colocadas as questões no global, considerando o âmbito e as semelhanças de protocolo para protocolo.

Referiu que se tratava de 11 protocolos de cooperação, entre a Câmara Municipal e instituições particulares de solidariedade social da nossa cidade, que decorriam do processo de transferência de competências. Desses 11 protocolos que apresentavam, cinco referiam-se à medida de rendimento social de inserção e seis à medida de ação social. Os protocolos referiam-se e estavam de acordo com o clausulado da minuta entregue, o dossier de transição apresentado pelo Centro Distrital de Segurança Social.

Referiu que, tinham considerado as instituições para a realização dos respetivos protocolos que tinham acordos com o Instituto de Segurança Social, Centro Distrital de Segurança Social, para a implementação das medidas desde 2007, e que mantinham acordos para centro comunitário, não tendo sido transmitida qualquer reserva de atuação das respetivas IPSS consideradas por parte do Centro Distrital e do Instituto de Segurança Social no protocolo com as mesmas.

Considerando os valores que se propunham e que integravam os respetivos protocolos, tinham sido acordados com as sete IPSS e garantiam todos os encargos com o mapa de pessoal, recursos humanos acrescentando um valor de 7,00€ por processo familiar/mês, que correspondia à análise das despesas de funcionamento apresentadas pelas diferentes entidades. Àquele propósito importava referir que o valor por processo que era atribuído àquelas instituições era de 5,00€, com exceção de uma das instituições de 5,25€, e no que dizia respeito aos protocolos de Ação Social não existia valor por processo, considerando que esse valor estava diluído no valor a transferir nos centros comunitários.

O valor que se inscrevia nos respetivos protocolos era o da portaria publicada em 2021, considerando que, embora estivesse afirmado que o valor seria alterado, não existia ainda publicação dessa mudança, e, portanto, os valores que tinham sido protocolados baseavam-se na portaria publicada em 2021, que diferenciava e dista de um valor para aquilo que eram as propostas assinadas entre o Governo e a Associação Nacional de Municípios em mais de 100.000 euros, mas que por ausência de publicação de portaria ainda não tinha sido possível confirmar.

Importava identificar que não propunham corrigir ou regular os protocolos pelos rácios identificados no acordo da Associação Nacional de Municípios Portugueses, porque a consideravam injusta e claramente insuficiente para garantir dois técnicos superiores para 250 processos familiares de Ação Social, para além de assegurar todos os recursos humanos que atualmente já executavam as medidas da Ação Social e de RSI. A legislação atual, nomeadamente, as portarias 63 e 65, só considerava técnicos superiores e não considerava ajudantes de ação direta. Com os protocolos propostos garantiam a sua manutenção e atividade.

No que dizia respeito aos territórios de intervenção que constavam do anexo dos protocolos, cada protocolo resultava dos territórios que cada instituição já acompanhava, e ainda a proximidade da intervenção estando previsto desde logo o acerto conjunto de acordo com o desenvolvimento dos processos.

A CMS asseguraria o atendimento e acompanhamento social diretamente à Freguesia de Azeitão, que era acompanhado pelo Centro Social da Quinta do Anjo, uma entidade com sede

num outro concelho. Nas medidas de RSI, a Ação Social e ainda a medida de Ação Social nas Freguesias de Gâmbia-Pontes e Alto da Guerra e do Sado considerando que eram territórios com menos pressão processual estimada. Os atendimentos decorreriam nas instalações das respetivas Juntas de Freguesia.

A Câmara Municipal asseguraria ainda o atendimento de plantão, todos os dias úteis, afetando atualmente cinco técnicos superiores, assistentes sociais e licenciados em política social.

A partir do mês de abril de 2023, passariam a acompanhar aquelas medidas 69 pessoas, técnicos superiores e ajudantes de ação direta. O número de processos considerados nesses protocolos e com cada IPSS, era o mais próximo em alta dos processos familiares de RSI, atualmente identificados e não nominais e aos protocolados, sendo impossível até àquela data, porque não tendo essas referências por transmissão de informação por parte do ISS, ter o número rigoroso de processos em acompanhamento em ação social, tendo sido por isso considerado 250 processos familiares para as diferentes IPSS.

Os protocolos teriam a vigência inicial de 1 ano, uma vez que se previa que com o trabalho de maior proximidade e conhecimento da Câmara, o conhecimento era institucional, houvesse aspetos territoriais e financeiros a aperfeiçoar, para além disso o município só tinha acesso ao conhecimento formal da verba anual transferida para a concretização das medidas, que ainda não era conhecida e, portanto, para poder ajustar em função da respetiva publicação de portaria.

Todos os protocolos tinham um valor acrescentado de 1.000 euros, para utilizar caso conjuntamente a IPSS e a Câmara Municipal considerassem urgente e necessário. Só poderiam usar aquela verba, que estava refletida naquele protocolo, nos dois primeiros meses do protocolo e deveria alvo de justificação específica e acertada, caso fosse usado.

O processo que naquele dia se formalizava, tinha sido construído com as IPSS, em profundo diálogo, em estreita parceria, sendo do conhecimento do Centro Distrital de Segurança Social, e reconhecido por todas as entidades como um processo adequado e bem conduzido. Considerando também as preocupações e anseios das IPSS, nomeadamente, ao nível técnico e financeiro.

Até à data tinham sido concretizadas mais de 25 reuniões intermunicipais, interinstitucionais e 7 de comissões de acompanhamento.

Quanto à avaliação e monitorização, instrumento importante dos presentes protocolos, disse que a avaliação dos protocolos seria garantida por via da criação coletiva de instrumentos de monitorização e avaliação a nível técnico e com as direções das respetivas IPSS no sentido de melhorar a intervenção e de renovar o protocolado.

Disse que tinha sido uma forma breve sobretudo de tratar as matérias de maior importância e relevância que estavam nos protocolos.

Estavam a tratar da deliberação 572/2023, protocolos de Cooperação com a Associação Cristã da Mocidade, deliberação 573/2023, protocolo de cooperação com a Liga dos Amigos da Terceira Idade para as medidas de Rendimento Social de Inserção e Atendimento e Acompanhamento Social, deliberação 574/2023 protocolo de cooperação com o Centro Social Paroquial de São Sebastião para a medida de Atendimento e Acompanhamento da medida de Ação Social, deliberação 575/2023, protocolo de Cooperação com a Cáritas Diocesana de Setúbal para a medida de Atendimento e Acompanhamento da medida de Ação Social, deliberação 576/2023, protocolo de Cooperação com a Associação Jardim de Infância O Sonho para a medida de Rendimento Social de Inserção, deliberação 577/2023 protocolo de Cooperação com a Associação Batista Shalom, para as medidas de Rendimento Social de Inserção e Atendimento e Acompanhamento Social, deliberação 578/2023, protocolo de Cooperação com a Associação de Professores e Amigos das Crianças do Casal das Figueiras para as medidas de Rendimento Social de Inserção e Atendimento e Acompanhamento Social.

Eram aquelas as 11 propostas que colocavam à consideração.

**Sr. Vereador Joel Marques** – Disse que a questão que tinham para colocar era uma questão global, porque os protocolos acabavam por se cruzar todos, fazia sentido discuti-los em conjunto.

Era uma questão que tinha a ver com os protocolos de cooperação no âmbito da ação social e que tinha a ver com os recursos humanos e o financiamento mensal dos recursos humanos. Todas aquelas associações tinham os mesmos recursos humanos, ou seja, dois técnicos superiores, havia duas associações que pagavam pela tabela da função pública, e as restantes quatro associações pagavam os vencimentos de acordo com aquilo que eram as tabelas das IPSS. No entanto, tendo o mesmo número de recursos humanos, tinham um financiamento mensal de recursos humanos diferente entre todas as instituições.

A questão era para perceber o porquê. Tendo os mesmos meios humanos, os mesmos recursos, pagos segundo a mesma tabela, terem valores distintos.

**Sr. Vereador Pedro Pina** – Disse que ao contrário das outras questões era uma questão pertinente.

Disse ser o resultado de um processo de transferência de competências que não acautelou, exatamente, aquela complexidade. Resultava de uma questão que tinha a ver com a especificidade de cada uma das instituições. Deu um exemplo, a questão das diuturnidades, era uma questão que não estava garantida uniformemente por todas as instituições. Aquela era uma situação, até um bocadinho constrangedora, enquanto entidade gestora do processo, o que disseram às instituições foi serem elas a determinarem o valor que quisessem que eles pudessem inscrever, na medida que tinham de garantir que esse valor era pago. Como sabiam aquelas questões não eram claras, e, portanto, as diferenças de valores de protocolo para protocolo resultavam única e exclusivamente daquilo que eram as questões institucionais de cada uma das IPSS a protocolar e, portanto, da parte deles, tentaram uniformizar ao máximo todos os procedimentos no que dizia respeito à questão dos valores remuneratórios, disponibilizando-se para tentar uniformizar ao máximo, sendo que eles já eram disformes. Não alteraram nessa matéria, tentaram ajustar, os valores eram mais elevados como conseguiriam facilmente perceber, quer os valores a atribuir às instituições, quer o valor por processos, mas foram as instituições que determinaram relativamente, por exemplo, aos valores a atribuir pelos recursos humanos. Ou seja, houve instituições que na informação que fizeram chegar à Câmara Municipal disseram que os dois técnicos superiores tinham um valor de x, que correspondia à tabela da instituição, e houve outras instituições que disseram que o valor de remuneração daqueles mesmos técnicos, era y. E com base nisso, respeitaram o princípio e a autonomia das instituições.

Se lhe perguntasse se aquilo era uma situação confortável, não era. Mas aquilo era o processo de transferência de competências. Era também por questões como aquela que achava, num princípio que tinha vindo ali a ser dito e que o senhor Presidente também reafirmava, podiam estar em desacordo, mas cumpriam a lei, mas uma das razões que também os movia a fazer um processo de um ano, também tinha a ver com aquilo, ou seja, achavam, e achava que tinha sido um bocadinho a análise que se fazia, que havia questões que iam ter de afinar no processo relativamente a valores, relativamente a necessidades que seriam obrigatoriamente ter que ser retificadas.

A questão dos territórios era uma matéria que sentiam necessidade de aperfeiçoar, em função da resposta e da oferta que era preciso, e que naquela fase acabavam por ser um bocadinho pouco lógicas, e que tinha a ver fundamentalmente com o número de processos e de situações para dar volume às instituições, para ter o número suficiente de processos e, por isso, às vezes não se perceber muito bem como é que uma instituição começava numa rua, e a outra na rua a seguir já era outra instituição que fazia a prestação da medida, portanto, eram tudo questões a aperfeiçoar. No que dizia respeito à matéria financeira, tem única e exclusivamente a ver com aquilo que eram as realidades institucionais, de cada uma das IPSS com quem tinham protocolado.

O Sr. Presidente submeteu a proposta a votação, tendo a mesma sido aprovada, por unanimidade e em minuta.

**40. Deliberação n.º 573/2023 – Proposta n.º 53/2023 – DCDJ/DISOC – Protocolos de cooperação com a Liga dos Amigos da Terceira Idade para as medidas de Rendimento Social de Inserção e Atendimento e Acompanhamento Social**

O Sr. Vereador Pedro Pina apresentou a proposta, cujos originais ficam anexos à presente ata sob os registos n.ºs 133 a 135, não tendo havido discussão sobre a mesma.

O Sr. Presidente submeteu a proposta a votação, tendo a mesma sido aprovada, por unanimidade e em minuta.

**41. Deliberação n.º 574/2023 – Proposta n.º 54/2023 – DCDJ/DISOC – Protocolos de cooperação com o Centro Social Paroquial de São Sebastião para a medida de Atendimento e Acompanhamento da medida de Ação Social**

O Sr. Vereador Pedro Pina apresentou a proposta, cujos originais ficam anexos à presente ata sob os registos n.ºs 136 e 137, não tendo havido discussão sobre a mesma.

O Sr. Presidente submeteu a proposta a votação, tendo a mesma sido aprovada, por unanimidade e em minuta.

**42. Deliberação n.º 575/2023 – Proposta n.º 55/2023 – DCDJ/DISOC – Protocolo de Cooperação com a Cáritas Diocesana de Setúbal para a medida de Atendimento e Acompanhamento da medida de Ação Social**

O Sr. Vereador Pedro Pina apresentou a proposta, cujos originais ficam anexos à presente ata sob os registos n.ºs 138 e 139, não tendo havido discussão sobre a mesma.

O Sr. Presidente submeteu a proposta a votação, tendo a mesma sido aprovada, por unanimidade e em minuta.

**43. Deliberação n.º 576/2023 – Proposta n.º 56/2023 – DCDJ/DISOC – Protocolo de Cooperação com a Associação Jardim de Infância O Sonho para a medida de Rendimento Social de Inserção**

O Sr. Vereador Pedro Pina apresentou a proposta, cujos originais ficam anexos à presente ata sob os registos n.ºs 140 e 141.

A senhora Vereadora Patrícia Paz pediu escusa na votação, por motivos profissionais.

O Sr. Presidente submeteu a proposta a votação, tendo a mesma sido aprovada, por unanimidade e em minuta.

**44. Deliberação n.º 577/2023 – Proposta n.º 57/2023 – DCDJ/DISOC – Protocolos de Cooperação com a Associação Batista Shalom, para as medidas de Rendimento Social de Inserção e Atendimento e Acompanhamento Social**

O Sr. Vereador Pedro Pina apresentou a proposta, cujos originais ficam anexos à presente ata sob os registos n.ºs 142 a 144, não tendo havido discussão sobre a mesma.

O Sr. Presidente submeteu a proposta a votação, tendo a mesma sido aprovada, por unanimidade e em minuta.

**45. Deliberação n.º 578/2023 – Proposta n.º 58/2023 – DCDJ/DISOC – Protocolos de Cooperação com a Associação de Professores e Amigos das Crianças do Casal das Figueiras para as medidas de Rendimento Social de Inserção e Atendimento e Acompanhamento Social**

O Sr. Vereador Pedro Pina apresentou a proposta, cujos originais ficam anexos à presente ata sob os registos n.ºs 145 a 147, não tendo havido discussão sobre a mesma.

O Sr. Presidente submeteu a proposta a votação, tendo a mesma sido aprovada, por unanimidade e em minuta.

**46. Deliberação n.º 579/2023 – Proposta n.º 131/2023 – DURB/DIGU – Aprovação do projeto de arquitetura de operação urbanística com impacte relevante para nove moradias unifamiliares - Processo n.º 383/22**

A Sra. Vereadora Rita Carvalho leu a proposta, cujo original fica anexo à presente ata sob o registo n.º 148.

**Sr. Vereador Paulo Calado** – Solicitou, porque tinham a mesma posição sobre todas as propostas, se poderiam votar em bloco da deliberação 579/2023 a 587/2023, que era o último ponto da ordem de trabalhos.

**Sra. Vereadora Patrícia Paz** – Disse que não havia nenhum inconveniente da parte deles.

**Sra. Vereadora Rita Carvalho** – Disse que não havia nenhum inconveniente da sua parte.

Submetidas a votação foram as propostas de deliberação 579/2023 a 587/2023 aprovadas, por unanimidade e em minuta.

**47. Deliberação n.º 580/2023 – Proposta n.º 132/2023 – DURB/DIGU – Concessão de licença para obras de demolição - Processo n.º 327/22**

A proposta foi aprovada, por unanimidade e em minuta, conforme documento anexo registado sob o n.º 149 (ver ponto 46).

**48. Deliberação n.º 581/2023 – Proposta n.º 133/2023 – DURB/DIGU –  
Aprovação de plano de demolição - Processo n.º 469/22**

A proposta foi aprovada, por unanimidade e em minuta, conforme documento anexo registado sob o n.º 150 (ver ponto 46).

**49. Deliberação n.º 582/2023 – Proposta n.º 134/2023 – DURB/DIGU – Pedido de  
informação prévia sobre a viabilidade de realização de obras de edificação  
de habitação coletiva - Processo n.º 34/21**

A proposta foi aprovada, por unanimidade e em minuta, conforme documento anexo registado sob o n.º 151 (ver ponto 46).

**50. Deliberação n.º 583/2023 – Proposta n.º 135/2023 – DURB/DIGU –  
Informação prévia favorável relativa a loteamento urbano - Processo n.º  
58/21**

A proposta foi aprovada, por unanimidade e em minuta, conforme documento anexo registado sob o n.º 152 (ver ponto 46).

**51. Deliberação n.º 584/2023 – Proposta n.º 136/2023 – DURB/DIGU –  
Informação prévia favorável relativa a loteamento urbano - Processo n.º  
57/21**

A proposta foi aprovada, por unanimidade e em minuta, conforme documento anexo registado sob o n.º 153 (ver ponto 46).

**52. Deliberação n.º 585/2023 – Proposta n.º 137/2023 – DURB/GAPRU –  
Aprovação de projeto de arquitetura - Processo n.º 258/22**

A proposta foi aprovada, por unanimidade e em minuta, conforme documento anexo registado sob o n.º 154 (ver ponto 46).

**53. Deliberação n.º 586/2023 – Proposta n.º 138/2023 – DURB/GAPRU –  
Aprovação de arquitetura - Processo n.º 443/22**

A proposta foi aprovada, por unanimidade e em minuta, conforme documento anexo registado sob o n.º 155 (ver ponto 46).

**54. Deliberação n.º 587/2023 – Proposta n.º 139/2023 – DURB/GAPRU –  
Concessão da licença de construção de reabilitação, alteração, ampliação  
e mudança de uso da edificação - Processo n.º 17/20**

A proposta foi aprovada, por unanimidade e em minuta, conforme documento anexo registado sob o n.º 156 (ver ponto 46).

### C) PERÍODO DESTINADO À INTERVENÇÃO DO PÚBLICO

Não houve intervenções.

O Sr. Presidente submeteu à votação a aprovação das minutas das deliberações tomadas, as quais foram aprovadas por unanimidade.

Esgotada a ordem de trabalhos, o Sr. Presidente declarou encerrada a reunião quando eram 20 horas e 24 minutos.

Sempre que se indicou ter sido aprovada em minuta qualquer deliberação, dever-se-á entender ter sido aprovada nos termos e para os efeitos do disposto nos n.ºs 3 e 4 do artigo 57.º da Lei n.º 75/13, de 12 de setembro.

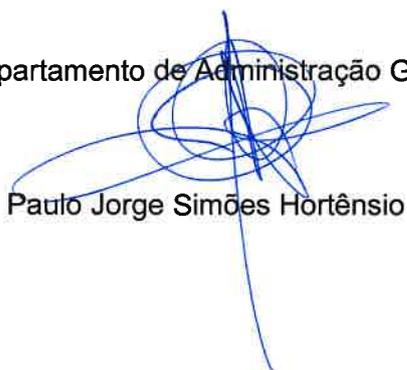
O Presidente da Câmara,



André Valente Martins

Esta ata foi aprovada na reunião da Câmara de 19 de julho de 2023, por unanimidade dos presentes na reunião a que respeita, e contém 50 folhas numeradas e rubricadas pelo Sr. Presidente da Câmara.

O Diretor do Departamento de Administração Geral e Finanças,



Paulo Jorge Simões Hortênsio

Elaborada por: Carlos Mendes e Aldora Poeira

Conferida por: Ana Paula Lico / Revista por: Paulo Hortênsio

